

ANDRÉA MARA CALDEIRA CARVALHO

**INDICADORES DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE BANCOS
MÚLTIPLOS BRASILEIROS NO PERÍODO PÓS-REAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2002

ANDRÉA MARA CALDEIRA CARVALHO

**INDICADORES DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE BANCOS
MÚLTIPLOS BRASILEIROS NO PERÍODO PÓS-REAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 19 de fevereiro de 2002.

Orlando Monteiro da Silva

Maurinho Luiz dos Santos

Sebastião Teixeira Gomes

Brício dos Santos Reis
(Conselheiro)

Antônio Carvalho Campos
(Orientador)

Aos meus filhos Vinícius e Marina,
pelo incentivo, compreensão e abdicação dos momentos livres.

Ao meu marido, amigo e companheiro Giovanni,
pelo apoio, confiança e incentivo,
que foram fundamentais para a conclusão deste projeto.

AGRADECIMENTO

A Deus, por me dar forças e permitir a conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal de Viçosa, especialmente ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de formação acadêmica.

Ao professor Antônio Carvalho Campos, pela orientação, pela dedicação e pela confiança, decisivos durante todo o mestrado.

Ao Banco do Brasil, na pessoa do Gerente de Agência, Afrânio Teixeira Caixeiro, pela flexibilidade de horários e pela confiança, sem as quais não teria sido possível a concretização deste projeto.

Aos funcionários do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Frederico Torres de Souza, André Luiz Caccavo e Helton Maciel Fernandes de Paula, pela disponibilização do banco de dados e pela presteza com que atenderam minhas solicitações e dúvidas, apoio essencial para a execução deste trabalho.

Aos componentes da banca examinadora, professores Orlando Monteiro da Silva, Maurinho Luiz dos Santos, Sebastião Teixeira Gomes, Brício dos Santos Reis e Antônio Carvalho Campos, pelas críticas e sugestões.

Aos colegas de curso, especialmente à Clarice, Fernanda e Helena, pelo apoio e pelas horas de estudos e lazer em conjunto.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial à Graça, pela amizade e colaboração.

BIOGRAFIA

ANDRÉA MARA CALDEIRA CARVALHO, filha de André do Espírito Santo Caldeira e Nelma Ribas Caldeira, nasceu em Belo Horizonte, em 11 de abril de 1959.

Em outubro de 1998, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa.

Em março de 2000, iniciou o curso de mestrado no Departamento de Economia Rural da mesma instituição, defendendo tese em fevereiro de 2002.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Sistema financeiro nacional	2
1.2. O problema e sua importância	5
1.3. Objetivos	11
1.3.1. Geral	11
1.3.2. Específicos	11
2. METODOLOGIA	12
2.1. Referencial teórico	12
2.1.1. Princípios de administração financeira	13

	Página
2.1.2. Acordo da Basiléia e "princípios essenciais da Basiléia"	15
2.2. Modelo analítico	19
2.2.1. Seleção dos indicadores	19
2.2.2. Seleção das instituições financeiras	22
2.2.3. Cálculo dos indicadores	24
2.3. Fonte de dados	28
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1. Avaliação do estado de solvência do sistema bancário nacional ...	29
3.1.1. Indicadores de capital	29
3.1.2. Indicadores de ativos	39
3.1.3. Indicadores de rentabilidade	50
3.1.4. Indicadores de eficiência gerencial	53
3.1.5. Indicadores de liquidez	62
4. RESUMO E CONCLUSÕES	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICE	75

LISTA DE QUADROS

		Página
1	Indicadores de solvência utilizados no estudo	22
2	Agrupamento das instituições financeiras	23
3	Fórmula de cálculo dos indicadores	25
4	Participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades: padrão, média e notas ajustadas trimestrais	32
5	Comprometimento dos recursos próprios com operações líquidas: padrão, média e notas ajustadas trimestrais	34
6	Alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros: padrão, média e notas ajustadas trimestrais	37
7	Participação dos recursos de realização imediata nas operações ativas usuais: padrão, média e notas ajustadas	42
8	Participação das operações ativas não usuais na carteira ativa: padrão, média e notas ajustadas	45
9	Participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais: padrão, média e notas ajustadas	48
10	Margem líquida: padrão, média e notas ajustadas	52

	Página
11	Nível de captação: padrão, média e notas ajustadas 55
12	Nível de custo administrativo: padrão, média e notas ajustadas .. 57
13	Variação da participação da captação de mercado: padrão, média e notas ajustadas 61
14	Liquidez geral: padrão, média e notas ajustadas 64
15	Solvência geral: padrão, média e notas ajustadas 66
1A	Número de instituições financeiras 76
2A	Bancos avaliados 77
3A	Contas utilizadas no cálculo dos indicadores 78

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades" em relação ao padrão	31
2	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas" em relação ao padrão	35
3	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros" em relação ao padrão	38
4	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "participação dos recursos de realização imediata nas operações ativas usuais" em relação ao padrão	43
5	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "participação das operações ativas não usuais na carteira ativa" em relação ao padrão	46
6	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais" em relação ao padrão	49

	Página
7	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "margem líquida" em relação ao padrão 51
8	Comportamento e tendência da média dos subsegmentos no indicador "nível de captação" em relação ao padrão 56
9	Comportamento e tendência da média dos subsegmentos no indicador "nível de custo administrativo" em relação ao padrão 58
10	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "variação da participação da captação de mercado" em relação ao padrão 60
11	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "liquidez geral" em relação ao padrão 65
12	Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador "solvência geral" em relação ao padrão 67

RESUMO

CARVALHO, Andréa Mara Caldeira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2002. **Indicadores do desempenho financeiro de bancos múltiplos brasileiros no período pós-Real.** Orientador: Antônio Carvalho Campos. Conselheiros: Brício dos Santos Reis e Viviani Silva Lírio.

Na década de 90, o setor financeiro internacional foi marcado por um intenso processo de globalização, que potencializou os diversos riscos inerentes à atividade bancária, afetando negativamente sua credibilidade. No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional foi afetado por diversas alterações, ocorridas nos planos externo e interno da economia. O plano de estabilização econômica, implementado em julho de 1994, produziu impactos significativos no sistema financeiro nacional, o que evidenciou uma incapacidade das instituições financeiras em promoverem espontânea e tempestivamente os ajustes necessários para sua sobrevivência no novo ambiente econômico. O propósito deste trabalho foi avaliar o estado de solvência do sistema bancário nacional, no período pós Plano Real, utilizando-se de 12 indicadores econômico-financeiros, tendo por base princípios de administração financeira, e os Princípios Essenciais da Basileia, que orientam a busca de medidas de controle de riscos, assim como, o sistema de avaliação utilizado pelo Banco Central do Brasil (Sistema INDCON).

As análises foram centradas nos dados contábeis trimestrais de 67 bancos múltiplos, com carteira comercial, em funcionamento durante o período de setembro 1994 a dezembro de 2000. A avaliação conjunta dos 12 indicadores selecionados não indica problemas de insolvência para o sistema bancário nacional, no que se refere às inadequações de capital e à falta de liquidez, que abalaram as instituições bancárias, no início do Plano Real, colocando em risco não só a credibilidade do sistema financeiro como também a continuidade do próprio plano de estabilização. Demonstram, no entanto, que o risco de câmbio é elevado para o sistema bancário, sobretudo em face do descasamento de operações ativas e passivas.

ABSTRACT

CARVALHO, Andréa Mara Caldeira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, February 2002. **Performance of financial indicators for Brazilian multiple banks from 1994 to 2000.** Adviser: Antônio Carvalho Campos. Committee Members: Brício dos Santos Reis and Viviani Silva Lírio.

In the past decade, the international financial sector was marked by an intense globalization process that reinforced the several inherent risks to the financial activity. In Brazil, the National Financial System was affected by several alterations originated from the external and internal behavior of the economy. The economic stabilization plan, implemented in July of 1994, produced significant impacts on the national financial system, highlighting an inability of the financial institutions in the promotion of a spontaneous and ready adjustment process for its survival in the new economic atmosphere. The purpose of this work is to evaluate the state of solvency of the national banking system, in the post *Plano Real* period, through twelve economic-financial indicators, basing on the financial and administrative principles, and on the Essential Beginnings of the Basiléia Agreement. These principles are used as guide for the establishment of measures for risk controls, as well as, for evaluation of the banking system by the Central Bank of Brazil (*Sistema INDCON*). The analyses were centered on

the quarterly accounting data for 67 private multiple banks, with commercial activities, in operation during the period of September 1994 to December of 2000. The joint evaluation of the twelve selected indicators does not indicate insolvency problems for the Brazilian banking system. Considering the capital inadequacies and the lack of liquidity that affected the banking institutions, in the beginning of *Plano Real*, there was a potential threat to the credibility of the financial system as well as to the continuity of the stabilization plan. The results demonstrate, however, that the exchange rate risk is still high for the banking system, mainly because of the separation of the assets and liabilities financial transactions.

1. INTRODUÇÃO

A característica marcante da década de 90 foi a forte globalização de todos os setores da economia. No comércio e na produção, a globalização ocorreu de forma mais lenta por meio das relações entre blocos econômicos, da celebração de acordos tarifários e da integração funcional entre processos industriais localizados nos diferentes países. Já no setor financeiro, a velocidade da integração mundial é extrema, através das redes de comunicação de dados entre os centros financeiros mundiais.

O avanço do processo de globalização, o aumento do volume das transações financeiras realizadas e a constatação de que sistemas bancários fragilizados dão origem a crises econômicas ou potencializam problemas de qualquer natureza enfrentados pelo lado real da economia, elevam a importância do sistema financeiro, em especial do sistema bancário, no cenário econômico internacional.

Assim, na atualidade, não basta uma nação ter fundamentos macroeconômicos sólidos para assegurar um desenvolvimento econômico sustentável. É necessário, também, possuir um sistema financeiro forte, eficiente e, sobretudo, confiável.

1.1. Sistema financeiro nacional

O sistema financeiro de um país, definido por COLLI e FONTANA (1996) como o conjunto de instituições financeiras que propiciam condições satisfatórias do fluxo de recursos entre poupadores e investidores, desempenha relevante papel na economia nacional e internacional, podendo gerar distúrbios que afetam todos os setores da economia.

O Brasil possui o maior e mais complexo sistema financeiro da América Latina (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, 1996), com ativos rentáveis que atraem investidores e especuladores de todo o mundo, o que o torna, porém, altamente vulnerável ao movimento internacional de capitais e, portanto, sujeito a crises.

Estruturado e regulado pela lei nº 4.595, de 31.12.1964, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está assim constituído:

1 - Órgãos de regulação e fiscalização

- Conselho Monetário Nacional (CMN): criado pelo art. 2º da lei 4.595, em substituição ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, tem a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país.
- Banco Central do Brasil (BACEN): o art. 8º da lei 4.595 transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito em autarquia federal, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, atualmente, Banco Central do Brasil. Atua como órgão executivo do CMN, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)
- Secretaria de Previdência Complementar

2 - Agentes especiais

- Banco do Brasil S.A: sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, cujo capital, em sua maioria, pertence à União. É o agente financeiro do Tesouro Nacional, sendo o principal executor da política de crédito industrial e rural, bem como dos serviços bancários de interesse do governo federal.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): criado através das Leis n.^{os} 1.628, de 20.06.1952, e 2.973, de 26.11.1956, constitui-se no principal instrumento de execução da política de investimentos de longo prazo do governo federal, sendo a principal instituição financiadora de fomento no país. É também o encarregado de gerir o processo de privatização da empresas estatais.

3 - Subsistemas de intermediação

- Instituições financeiras públicas e privadas: são pessoas jurídicas que têm como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. São assim constituídas:
 - Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista: bancos múltiplos com carteira comercial; bancos comerciais; caixas econômicas; e cooperativas de crédito.
 - Demais instituições financeiras: bancos múltiplos sem carteira comercial; bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de crédito imobiliário; companhias hipotecárias; associações de poupança e empréstimo; agências de fomento; e sociedades de crédito ao micro-empendedor.
 - Outros intermediários ou auxiliares financeiros: bolsas de mercadorias e de futuros; bolsas de valores; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades corretoras

de câmbio; representações de instituições financeiras estrangeiras; e agentes autônomos de investimento.

- Entidades ligadas aos sistemas de previdência e de seguros: entidades fechadas de previdência privada; entidades abertas de previdência privada; sociedades seguradoras; sociedades administradoras de seguro saúde; e sociedades de capitalização.
- Administração de recursos de terceiros: fundos mútuos; clubes de investimentos; carteiras de investidores estrangeiros; e administradoras de consórcio.
- Sistemas de liquidação e custódia: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC); Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP); e Caixas de Liquidação e Custódia.

Dentre os diversos segmentos que compõem o SFN, o interesse deste estudo centra-se naquele constituído pelas instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, e, mais especificamente, nos bancos múltiplos com carteira comercial.

Os bancos múltiplos são definidos, pelo Banco Central, como sendo instituições financeiras privadas ou públicas que realizam operações ativas, passivas e acessórias, por intermédio das seguintes carteiras: comercial; de investimento e, ou, de desenvolvimento; de crédito imobiliário; de arrendamento mercantil; e de crédito, financiamento e investimento. Devem ser constituídos de, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, a comercial ou a de investimento, e devem ser organizados sob a forma de sociedades anônimas. Devido à abrangência de suas funções, possuem grande representatividade no Sistema Financeiro Nacional e, em dezembro de 2000, correspondiam a 75% dos bancos do sistema bancário nacional (BACEN, 2001).

O desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, marcado durante longo período, pelo processo inflacionário, possibilitou que as instituições financeiras auferissem ganhos provenientes de passivos não remunerados, como os depósitos à vista e os recursos em trânsito, o que compensou ineficiências administrativas e perdas com concessões de crédito de liquidação duvidosa.

Na década de 90, por outro lado, duas novas ordens de fatores, localizados nos planos externo e interno, afetaram substancialmente a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. No plano externo, o SFN sofreu o impacto dos efeitos transformadores do processo de globalização. No plano interno, foi atingido pelas medidas de estabilização e reestruturação da economia brasileira. A abertura ao exterior, as mudanças na política industrial, visando à inserção competitiva de produtos brasileiros nos mercados emergentes, o corte de subsídios a vários setores produtivos, com repercussões sobre a distribuição do crédito bancário e sua velocidade de retorno, a redistribuição de gastos do setor público e o processo de estabilização monetária, com a implantação do Plano Real, afetaram fortemente a rentabilidade do setor bancário nacional, que não estava preparado para tais mudanças.

1.2. O problema e sua importância

A implantação do Plano Real, em julho de 1994, produziu impactos significativos sobre o lucro dos bancos. A queda de transferências inflacionárias, pós-estabilização da economia, tornou inevitável a profunda reestruturação do sistema financeiro brasileiro. MATIAS e SIQUEIRA (1996) afirmam que os ganhos do sistema bancário, decorrentes de *floating*¹, foram reduzidos de US\$ 10 bilhões para menos de US\$500 milhões, no início do plano Real, quando os índices de inflação nominal, caíram da ordem de 30% ao mês para cerca de 1,5% ao mês. Os bancos se viram, então, obrigados a buscarem fontes alternativas de receitas.

Em um primeiro momento, procuraram se ajustar a essa nova situação, incrementando as operações de crédito, favorecidos pelo crescimento econômico que se seguiu à estabilização. Entretanto, para isso, aumentaram suas alavancagens e exposição. Com a crise mexicana em 1995, houve uma elevação significativa de empréstimos vencidos e não liquidados. AVERBUG e

¹ *Floating* – receita relativa às transferências inflacionárias, geradas por passivos não remunerados.

GIAMBIAGI (2001) atribuem esse elevado grau de inadimplência, aos aumentos das taxas de juros, que também tiveram impacto negativo direto sobre o lucro dos bancos. Nesse novo ambiente financeiro, muitos bancos não resistiram e decretaram falência.

Pouco tempo havia transcorrido desde a crise mexicana e o Sistema Financeiro Nacional já se viu envolvido por uma nova crise de proporções significativas. A crise asiática, que eclodiu em meados de 1997, tendo como principal causa a falta de liquidez e o elevado índice de insolvência bancária abalaram ainda mais o já fragilizado sistema bancário nacional.

As diversas alterações no ambiente macroeconômico e a constatação da incapacidade das instituições financeiras nacionais em promover, espontaneamente, os ajustes necessários para a sua sobrevivência, aumentaram as preocupações das autoridades financeiras em avaliar a liquidez e a solvência das instituições bancárias, individualmente, e, ou, em conjunto, a fim de adotar medidas garantidoras da credibilidade do sistema financeiro.

Uma rápida verificação do número de instituições bancárias declaradas insolventes, após a implantação do plano Real, serve de medida de quão preocupante tornou-se o problema. De um total de 271 bancos existentes no início do Plano Real, 48 já haviam passado, em dezembro de 1997, por algum processo de ajuste que resultou em transferência do controle acionário ou em incorporação por outras instituições (BARROS et al., 2001). E ainda, de um total de 174 organizações bancárias submetidas a algum tipo de regime especial², por efeito da atuação do Banco Central do Brasil, 55 ocorreram desde a implantação do plano Real até abril de 2001 (BACEN, 2001).

O elevado índice de bancos insolventes passou a afetar a credibilidade de todo o Sistema Financeiro Nacional. A credibilidade bancária, aspecto de grande relevância para os serviços bancários, está diretamente ligada aos índices ou indicadores de solvência e liquidez apresentados pelos bancos. Tais índices constituem-se no principal instrumento utilizado para a análise da situação

² Os regimes especiais são: intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária.

econômico-financeira de uma empresa ou setor e representam os resultados de comparações entre grandezas, por meio do estabelecimento de relações entre contas ou grupo de contas dos demonstrativos financeiros (MATARAZZO, 1995).

Neste momento, vale aqui fazer uma distinção entre solvência e liquidez. Solvência é um conceito econômico, enquanto que liquidez refere-se a um conceito financeiro. ARRIAZU (2001) afirma que uma empresa pode ser economicamente viável (ou solvente), no sentido em que produz um fluxo de receita cujo valor atual é maior que o investimento inicial. Porém, essa mesma empresa pode, por sua vez, ter problemas de liquidez, relacionados com a dificuldade de cumprir os pagamentos em débito, devido, exclusivamente, à falta de coincidência com o momento em que as receitas são produzidas.

Uma outra definição de solvência, utilizada por GITMAN (1997), indica que uma empresa é considerada solvente, quando o valor de mercado de seus ativos supera o valor dos passivos, ou seja, quando a análise de seus indicadores de solvência indica que a empresa não possui um patrimônio líquido negativo, sendo assim, capaz de satisfazer o direito de seus credores. Especificamente para o indicador “solvência geral” este foi o conceito de utilizado no presente trabalho.

No entanto, o exame do desempenho financeiro de uma empresa com vistas à avaliação de sua capacidade, em termos de segurança, liquidez e rentabilidade, e que foi denominado neste estudo de estado de solvência, requer a utilização de diversos indicadores, que vão fornecer as informações desejadas. Assim, um índice não deve ser considerado isoladamente, mas sim sob o aspecto dinâmico e dentro de contexto mais amplo, onde outros indicadores e variáveis devem ser conjugadamente ponderados. Exemplificando, um elevado grau de endividamento não significa, necessariamente, que a empresa esteja à beira da insolvência. Há empresas que convivem com níveis altos de endividamento, sem comprometer sua solvência, já que existem outros fatores que podem atenuar essa condição.

Outro importante fator que deve ser considerado quando da avaliação do estado de solvência de uma empresa, é sua maior ou menor exposição ao risco. Os indicadores econômico-financeiros evidenciam, também, o grau de exposição e de comprometimento das instituições em relação a determinado risco. Daí a importância de uma análise mais aprofundada destes indicadores, como forma de se avaliar o comprometimento do estado de solvência dos bancos brasileiros que, após o Plano Real, se viram expostos de forma mais agressiva aos diversos riscos inerentes à atividade.

A atividade bancária implica na exposição a uma variada gama de riscos, o que potencializa problemas de insolvência, podendo gerar uma perda de credibilidade e uma evasão de recursos. Uma corrida aos bancos pode ser resultante da perda de credibilidade de poucos, mas, certamente, em função das expectativas geradas, provocará transtornos graves para todos, inclusive nos setores produtivos da economia, podendo se alastrar por todo o setor financeiro.

Um dos principais riscos a que se expõe a atividade bancária é o risco de liquidez. No sistema financeiro, o risco de liquidez deriva especificamente da possibilidade de descasamento de maturidades entre as operações ativas e passivas, sobretudo quando, na busca de uma maior rentabilidade em suas operações, os bancos aumentam o prazo de vencimento (maturidade) de suas aplicações ativas. Quando um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de um aumento de seus exigíveis, seja pela pronta conversão de ativos a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade e comprometendo sua solvência. PAULA (2000) afirma que o risco de liquidez é na realidade um risco potencial, uma vez que, nos sistemas bancários modernos, os bancos podem obter recursos a um dado custo para refinarçar suas posições. No entanto, a utilização excessiva de tal recurso pode comprometer a solvência da instituição.

Outro importante risco enfrentado pelo setor bancário é o risco de variação da taxa de juros, que se refere à exposição da situação financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros. Movimentos nas taxas de juros afetam os ganhos e o valor econômico dos ativos, passivos e instrumentos

extrabalço. Embora normal na atividade bancária, essa fonte de risco pode representar significativa ameaça para os resultados e para a estrutura de capital de um banco. Torna-se, ainda, altamente preocupante em países onde as taxas de juros estão sendo desregulamentadas (BACEN, 1997).

Os bancos também enfrentam riscos de perdas em decorrência de movimentos nos preços de mercado. Uma modalidade específica do risco de mercado é o risco de câmbio. Os bancos atuam como indutores do mercado de moedas estrangeiras ao estabelecerem suas cotações junto aos clientes e ao assumirem posições abertas em moedas estrangeiras, o que os deixa particularmente expostos em períodos de instabilidade das taxas de câmbio.

O risco de crédito pode advir da exposição excessiva a um único tomador, ou, pela concessão de empréstimos sem a correta avaliação da capacidade de pagamento do tomador, o que pode acarretar um não cumprimento dos compromissos contratuais. Sérios problemas bancários têm ocorrido em razão de deficiências dos bancos no reconhecimento de ativos inválidos; na criação de reservas para a baixa contábil desses ativos e na interrupção da apropriação de receitas de juros quando recomendável (BACEN, 1997).

Existem ainda os riscos operacionais, que envolvem o colapso dos controles internos e da eficiência gerencial, podendo acarretar perdas financeiras por meio de erros, fraudes ou deficiência no desempenho oportuno de atividades.

Há ainda o risco soberano, ou risco país, que é um tipo de risco de crédito associado aos empréstimos internacionais. Está diretamente associado ao ambiente econômico, social e político do país tomador, representando sérios riscos de perdas para os bancos. SAUNDERS (2000) indica que em 1982 quando ocorreram as moratórias de dívidas, dos governos brasileiro e mexicano, houve forte e duradouro impacto sobre os balanços e lucros dos bancos, em decorrência de tais riscos.

Preocupados com a fragilidade do sistema bancário internacional e visando fortalecer a solidez dos sistemas financeiros, o Comitê de Supervisão

Bancária da Basiléia³, desenvolveu um conjunto de regras e princípios⁴, publicados em setembro de 1997, pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais), sob o nome original de "*Core Principles for Effective Banking Supervision*", e traduzidos em dezembro de 1997 pelo Banco Central do Brasil, sob a denominação de "Os Princípios Essenciais da Basiléia". Trata-se de um documento que se refere aos regulamentos e requisitos prudenciais, que devem ser adotados pelas autoridades financeiras, para controlar e minimizar tais riscos, indicando que a administração de riscos constitui um elemento necessário da supervisão bancária e, com importância crescente, à medida que os instrumentos financeiros se tornam mais complexos. Esse conjunto de normas internacionais encontra-se discutido em detalhes no referencial teórico deste estudo.

A complexidade crescente dos instrumentos financeiros e os efeitos das novas tecnologias nos mercados financeiros requerem dos bancos monitoramento diário de suas carteiras e um rápido ajuste das suas exposições aos riscos, o que pode ser efetivado pela avaliação e acompanhamento criteriosos de indicadores econômico-financeiros.

Portanto, a análise mais ampla dos indicadores econômico-financeiros do sistema bancário nacional, em um período que contempla a implementação e vigência do Plano Real, constitui forma de verificar o estado de liquidez e de solvência das instituições bancárias nacionais.

³ O Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia congrega autoridades de supervisão bancária e foi estabelecido pelos Presidentes dos Bancos Centrais dos países do Grupo dos Dez (G10), em 1975. É constituído por representantes de autoridades de supervisão bancária e Bancos Centrais da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

⁴ A versão original em inglês, encontra-se disponível no site <http://www.bis.org> ou traduzido no site <http://www.bcb.com.br>.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Analisar o grau de solvência dos bancos múltiplos brasileiros com base em indicadores econômico-financeiros, no período pós Plano Real.

1.3.2. Específicos

- a) Analisar a estrutura de capital dos bancos, por meio de indicadores que evidenciem o comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas, a participação das captações em moeda estrangeira na exigibilidade e a alavancagem do setor.
- b) Determinar a estrutura de ativos, através de indicadores que identifiquem o direcionamento dos recursos captados, entre operações ativas de realização imediata e operações ativas não-usuais, além da participação da carteira de câmbio na carteira ativa.
- c) Mensurar a rentabilidade das instituições através de indicador margem líquida, evidenciando a lucratividade dos bancos.
- d) Medir a eficiência gerencial do setor, medindo o nível de captação total, a variação do total captado em relação ao mercado e o nível do custo administrativo.
- e) Avaliar a situação financeira das instituições bancárias por meio de indicadores de liquidez e solvência gerais.

2. METODOLOGIA

2.1. Referencial teórico

Os princípios básicos de administração financeira, tais como custo de capital, estrutura financeira da empresa, administração de disponibilidades, e análise de risco e incerteza em investimentos foram aqui utilizados para avaliar de forma mais abrangente a situação econômico-financeira dos bancos múltiplos, por meio dos indicadores selecionados.

Entretanto, os bancos possuem particularidades inerentes as suas atividades, requerendo dessa forma um acompanhamento mais específico. Para isso, os “Princípios Essenciais da Basiléia”, e o “Acordo da Basiléia”, foram utilizados neste trabalho como instrumento normativo complementar, por se constituírem em referência básica para órgãos supervisores dos sistemas bancários e de outras autoridades financeiras em todos os países do mundo. Tais princípios se apresentam como requisitos mínimos, uma vez que em muitos casos, outros ajustes podem ser requeridos para atender às condições de riscos particulares de cada país.

2.1.1. Princípios de administração financeira

A exposição elevada aos diversos riscos a que está sujeita uma instituição financeira, pode levá-la à insolvência, comprometendo sua sobrevivência. Para SAUNDERS (2000), o principal instrumento a ser utilizado pela administração de uma instituição financeira contra o risco de insolvência, é o capital, cujas funções de absorver perdas inesperadas; proteger os depositantes não segurados na eventualidade de insolvência e liquidação; e proteger os fundos de seguros e os contribuintes, evitando que sofram o impacto da insolvência, são altamente relevantes.

O custo de capital definido como sendo o preço que a empresa paga pelos fundos obtidos junto às suas fontes de capital (próprio ou de terceiros), constitui o padrão para a tomada de decisões de investimento à medida que, aplicando recursos com retorno superior ao custo de capital, a empresa acha-se no caminho da maximização dos resultados para os que nela investem. È, portanto, a taxa mínima que os projetos de investimentos devem oferecer como retorno (SANVICENTE, 1991).

Duas são as fontes de capital: o capital de terceiros, que corresponde às exigibilidades da empresa; e o capital próprio, que pertence aos proprietários da empresa. O uso de capital de terceiros na estrutura financeira de uma empresa produz o que se chama alavancagem financeira. Quanto mais capital de terceiros uma empresa utilizar, maior será seu grau de alavancagem financeira. Tal fato aumenta a remuneração potencial dos acionistas, mas também eleva as possibilidades de dificuldade financeira e insolvência (ROSS et al., 1998).

Desta forma, a estrutura financeira de uma empresa, deve levar em conta os riscos associados a uma elevada alavancagem. No caso das instituições financeiras, apesar da exigência, por parte das autoridades monetárias, de um percentual mínimo de capital próprio⁵, a presença de capital de terceiros é significativa, devido à natureza dessas instituições. Tais recursos, que

⁵ A Resolução 2.607, de 27.05.99, estabelece limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

permanecem por vezes internalizados nos bancos a custo zero (depósitos à vista), constituem elevada fonte de rendimento, são, no entanto extremamente instáveis, uma vez que representam exigibilidades imediatas.

Outro importante ponto a ser verificado pelos administradores diz respeito às disponibilidades. Tais recursos podem ser definidos como sendo aqueles que permitem à empresa efetuar pagamentos imediatos, ou seja, são os ativos de realização imediata. Segundo SANVICENTE (1991), uma empresa tem necessidade de manter um certo nível de investimento nestes tipos de ativos. Segundo esse autor, existem três razões para se manter tais ativos correntes:

- a) para efetuar transações, evitando um descasamento de operações e perda com a conversão de ativos menos líquidos;
- b) por precaução, evitando-se assim uma insuficiência de caixa, devido à existência de incertezas; e
- c) para tirar proveito de oportunidades especiais, ou especulação.

Esses ativos não possuem rendimento direto e, por isso, perdem valor rapidamente em uma economia inflacionária, colocando em risco a rentabilidade sobre os recursos obtidos. Portanto, as empresas devem manter um saldo de caixa suficiente para atender às exigências de transação, precaução e especulação, mas nada além disto.

A posse desses ativos representa uma perda de rentabilidade para as instituições financeiras, o que não é bem visto pelos administradores. Entretanto, a posse de pequenos saldos de ativos líquidos pode expor a instituição financeira ao risco de liquidez e, em consequência, conduzir à insolvência. SAUNDERS (2000) afirma que, a fim de evitar problemas desta natureza, as autoridades reguladoras impõem com frequência exigências mínimas de reservas sob a forma de tais ativos.

Outro importante ponto é a avaliação de alternativas de investimento levando-se em conta a existência de riscos e incertezas. Diversos fatores externos à empresa, tais como: modificação de tecnologias, surgimento ou desaparecimento de novos concorrentes, o comportamento da economia nacional e internacional, causam incerteza sobre os retornos de determinado investimento

(SANVICENTE, 1991). Por outro lado, passa-se de uma situação de incerteza para uma de risco ao utilizar-se das estimativas de probabilidade de ocorrência de determinado evento. Desta forma, as empresas podem avaliar o grau de risco associado a um determinado investimento e optar ou não por realizá-lo.

Segundo SAUNDERS (2000), diversos são os riscos enfrentados pelas instituições financeiras: risco de variações nas taxas de juros, risco de mercado, risco de crédito, risco tecnológico e operacional, risco de câmbio, risco soberano, risco de liquidez e risco de insolvência, sendo a gestão eficaz destes riscos o papel primordial do bom administrador financeiro.

2.1.2. Acordo da Basiléia e “princípios essenciais da Basiléia”

A gestão eficaz dos riscos financeiros pode ser executada segundo os “Princípios Essenciais da Basiléia” que representam uma referência básica para os órgãos de supervisão financeira, autoridades públicas de todos os países e instituições e organismos internacionais que cuidam do monitoramento do sistema financeiro internacional.

A crise da dívida externa, ocorrida a partir de setembro de 1982, levou o sistema financeiro internacional à beira de um colapso. Preocupado com a situação das instituições financeiras mundiais, o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia reuniu-se em 1984, na cidade da Basiléia (Suíça), para discutir padrões de adequação do capital das instituições bancárias para evitar uma crise de proporções mundiais. Após diversas reuniões, em 15 de julho de 1988, anunciaram um acordo de convergência internacional para essa adequação de capital. Os supervisores bancários deveriam exigir limites mínimos de capital da ordem de 8% do total de ativos ponderados pelo risco. O Acordo da Basiléia significou o marco inicial na cooperação internacional de regulação do sistema financeiro internacional (KAPSTEIN, 1996). Para esse autor, a tarefa primária dos supervisores era garantir a segurança e a solidez do sistema bancário e é sob esse prisma que o Acordo da Basiléia deve ser primeiro avaliado. O principal propósito do Acordo da Basiléia foi o de fortalecer a base de capital do sistema

bancário, pois bancos relativamente bem capitalizados são menos sujeitos à falência, uma vez possuem recursos disponíveis para absorver perdas inesperadas.

Entretanto, a globalização da economia, ao expor a atividade bancária a riscos cada vez maiores, suscita uma preocupação internacional crescente. Em setembro de 1997, preocupados com a fragilidade do sistema bancário mundial e visando fortalecer e dar solidez aos sistemas financeiros, o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, divulgou um documento que contém os princípios de administração financeira para uma supervisão bancária eficaz. “Os princípios essenciais da Basileia” compreende 25 princípios básicos, que são indispensáveis à manutenção de um sistema financeiro sólido e confiável. As autoridades supervisoras de todo o mundo são estimuladas a endossar esses princípios, adequando-se aos mesmos os seus sistemas financeiros.

Dentro desses princípios, as normas de administração de riscos constituem um elemento essencial da supervisão bancária e, com importância crescente, à medida que os instrumentos financeiros se tornam mais complexos. Os efeitos das novas tecnologias nos mercados financeiros requerem dos bancos um monitoramento diário de suas carteiras e um rápido ajuste das suas exposições aos riscos. Os princípios 6 a 15 referem-se aos regulamentos e requisitos prudenciais, que devem ser adotados pelas autoridades para controlar e minimizar tais riscos. Esses princípios serão discutidos abaixo com maiores detalhes, dada a sua relevância para o presente trabalho.

Princípio 6 - Os supervisores bancários devem estabelecer, para todos os bancos, requisitos mínimos, prudentes e apropriados de adequação do capital. Tais requisitos devem refletir os riscos a que os bancos se submetem, assim como definir os componentes de capital. O Acordo de Capital da Basileia estabelece um requisito mínimo de 8% para o capital total dos bancos em relação aos ativos ponderados segundo seus riscos. No Brasil, o Banco Central age de forma mais rigorosa e estabelece um limite mínimo de 11% para essa adequação do capital.

Princípio 7 - Um elemento essencial de qualquer sistema de supervisão é a avaliação das políticas, práticas e dos procedimentos de um banco, relacionados com a concessão de empréstimos e com as decisões de investimento, bem como com as rotinas de administração de suas carteiras de crédito e de investimento.

Princípio 8 - Os supervisores bancários devem assegurar de que os bancos estabelecem e cumprem políticas, práticas e procedimentos adequados à avaliação da qualidade de seus ativos e para adequação de suas provisões e reservas para perdas em operações de crédito.

Princípio 9 - Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam sistemas de informações gerenciais que possibilitem a identificação, pelos administradores, de concentrações dentro de suas carteiras. Os supervisores devem estabelecer limites que restrinjam a exposição dos bancos a tomadores individuais de crédito ou a grupos de tomadores inter-relacionados. Tais limites, embora variáveis, não devem ultrapassar 25% do capital.

Princípio 10 - Visando prevenir abusos decorrentes de concessão de crédito a empresas e, ou, indivíduos ligados ao banco concedente, os supervisores bancários devem estabelecer critérios que assegurem um rígido controle de tais operações, para que sejam efetivamente monitoradas.

Princípio 11 - Os supervisores bancários devem assegurar de que os bancos adotam políticas e procedimentos adequados para identificar, monitorar e controlar riscos de país e riscos de transferência em suas atividades de empréstimo e de investimento internacionais, e para manter reservas apropriadas contra tais riscos.

Princípio 12 - Os órgãos de supervisão bancária devem determinar que os bancos avaliem com precisão e controlem adequadamente os riscos de mercado, impondo limites específicos para o capital em exposição a tais riscos, sobretudo para seus negócios no mercado de câmbio.

Princípio 13 - A administração da liquidez tem por finalidade assegurar que o banco tenha condições de cumprir integralmente todos os compromissos contratuais. Os supervisores devem exigir dos bancos que administrem seus ativos e passivos de modo a manter um nível adequado de liquidez. Os riscos de

taxa de juros devem ser monitorados de forma regular, como forma de se impedir que os bancos se exponham em demasia a movimentos adversos das taxas de juros. As informações devem levar em consideração os prazos de maturação e os depósitos em moedas estrangeiras na carteira de cada banco, bem como a distinção entre atividades relacionadas e não-relacionadas com o negócio bancário. Os riscos operacionais devem ser igualmente controlados, a fim de se evitar a existência de erros, fraudes e deficiência no desempenho das atividades. Para tanto, os supervisores devem se assegurar de que a administração dos bancos adota procedimentos eficazes de controle interno e de auditoria.

Princípios 14 e 15 - Os supervisores bancários devem determinar que os bancos mantenham controles internos adequados, com definições claras para a delegação de competência e de responsabilidade, assegurando que os negócios sejam conduzidos de maneira prudente e de acordo com políticas e estratégias estabelecidas pelo conselho de diretores (Princípio 14). Deve-se ainda determinar que os bancos adotem políticas que bloqueiem sua utilização por elementos criminosos.

A supervisão eficaz de organizações bancárias é um componente essencial de um ambiente econômico forte, cabendo aos órgãos supervisores assegurar que os bancos operem de maneira saudável e segura e que mantenham capital e reservas suficientes para suportar os riscos inerentes a seus negócios (BACEN, 1997). Desta forma, devem os supervisores bancários dispor de meios para coletar, examinar e analisar relatórios prudenciais e estatísticos dos bancos, em bases individuais e consolidadas. No Brasil, o Banco Central, desenvolveu um sistema de acompanhamento que permite avaliar, seguindo os Princípios da Basileia, as instituições financeiras sob seu controle. Tal sistema de avaliação é constituído de uma série de indicadores que são discutidos no modelo analítico deste estudo.

2.2. Modelo analítico

2.2.1. Seleção dos indicadores

No intuito de viabilizar avaliações da situação econômico-financeira das instituições sob seu controle, seguindo os Princípios da Basileia, o Banco Central do Brasil desenvolveu um sistema de acompanhamento denominado SISTEMA INDCON (Indicadores Econômico-Financeiros de Instituições sob Acompanhamento e Controle do Banco Central do Brasil) que possibilita uma fiscalização dirigida mais rápida, concentrada sobre os indicadores econômico-financeiros mais preocupantes. Este procedimento permite identificar sinais de problemas de solidez ou de comportamento anormal da instituição analisada (BACEN, 1994).

O INDCON apoia-se em uma estrutura de avaliação formada por 68 indicadores econômico-financeiros, classificados em cinco grupos, estabelecidos em função da estrutura de capital, dos ativos, da rentabilidade, da eficiência gerencial e da liquidez dos bancos, o que deu origem à sigla CAREL⁷. A estrutura do capital é avaliada por indicadores que evidenciam a origem dos recursos (próprio ou de terceiros) e discrimina as formas de captação em relação aos recursos de terceiros. Os indicadores da estrutura de capital identificam, ainda, o grau de comprometimento dos recursos próprios com operações não usuais à atividade bancária e com aplicações sem os pressupostos de liquidez, tais como imobilizações e operações de curso anormal.

Com relação à estrutura dos ativos, os indicadores procuram identificar as formas de aplicação quanto às principais modalidades operacionais: aplicações em ativos de liquidez imediata, a carteira ativa e as operações não usuais; o direcionamento dos créditos (setor público, atividades privadas, pessoas físicas, habitação, rural e operações de câmbio); e, ainda, o comprometimento ou riscos dessas operações bem como a política operacional da instituição.

⁷ C - capital; A - ativos; R - rentabilidade; E - eficiência gerencial; e L - liquidez.

Os indicadores de rentabilidade medem a eficiência da gestão dos recursos próprios, mediante a comparação dos lucros apurados com os capitais investidos. E ainda, comparam o lucro líquido com o total de receitas, avaliando a participação do resultado não operacional, da carteira de câmbio e das rendas de prestação de serviços, além de calcular a taxa de retorno dos ativos. Apuram também, a margem operacional praticada pela instituição, ou *spread*, mediante a relação entre a taxa média de aplicação *versus* a taxa média de captação. Nesse grupo incluem-se indicadores que informam sobre o comportamento dos encargos das captações: recursos a prazo, em moeda estrangeira e captação total, inferindo sobre a influência dos custos fixos, sobretudo despesas administrativas e de pessoal, relacionando-os com as receitas operacionais e com o ativo envolvido.

Os indicadores de eficiência gerencial medem os níveis de captação, aplicação e custos administrativos por agência e acompanham a recuperação de créditos levados a prejuízo. Indicam ainda a evolução real do patrimônio líquido e das operações ativas usuais, avaliando a participação da instituição no mercado.

Finalmente, os indicadores de liquidez descrevem a situação financeira da instituição bancária por meio de índices de liquidez geral e de solvência, com destaque à obtenção de assistência financeira junto ao Banco Central do Brasil e o encaixe financeiro das instituições.

O elevado índice de insolvência dos bancos brasileiros, após o plano Real, e a necessidade de prevenção de uma crise bancária generalizada deram origem a trabalhos de mensuração do risco de insolvência no sistema bancário, até então pouco preocupantes. O primeiro estudo de previsão de insolvência bancária, fundamentado em dados financeiros para o período pós-Real, foi conduzido por MATIAS e SIQUEIRA (1996). Utilizando-se da análise de regressão logística e dados contábeis de 16 instituições bancárias insolventes, no período de julho de 1994 a março de 1995, elaboraram um modelo de previsão de insolvência bancária. Três indicadores, de um universo de 26, foram selecionados como preditores da insolvência, a saber: custo administrativo; comprometimento do patrimônio líquido com créditos em liquidação e evolução da captação de

recursos. Os autores obtiveram um modelo com níveis de predições corretas da ordem de 91%. Constataram, ainda, que a alavancagem das instituições não foi relevante para o fenômeno estudado, e que o modelo possui limitações no que se refere a sua aplicabilidade para períodos diferentes do então analisado.

Similarmente, ROCHA (1999) avaliou o tempo de sobrevivência dos bancos até a falência, usando o modelo de risco proporcional de Cox, aplicado a uma amostra formada por 15 bancos, declarados insolventes no período de julho de 1994 a dezembro de 1995; e por 17 bancos solventes, escolhidos como base. Dos 26 indicadores financeiros utilizados, apenas três apresentaram forte correlação com a probabilidade de sobrevivência bancária: margem líquida, alavancagem e captação total. O modelo foi considerado pela autora como bom previsor de insolvência, porém sujeito à falhas, indicando assim a necessidade de pesquisas adicionais e modelos alternativos.

Seguindo essa linha de raciocínio, JANOT (2001) examinou a eficácia de dois tipos de modelos de previsão de insolvência bancária - o modelo de regressão logística e o modelo de risco proporcional de Cox, aplicados a uma amostra composta por 21 bancos insolventes e 40 bancos solventes. Testou, como possíveis previsores de insolvência, os 68 indicadores econômicos utilizados pelo Departamento de Fiscalização do Banco Central. O modelo de regressão logística apontou três indicadores: participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades; participação das operações ativas não usuais na carteira ativa e participação de ativos de realização imediata nas operações ativas usuais. O modelo classificou corretamente 91,8% dos bancos. Entretanto, o autor observou que nenhum indicador de rentabilidade, de eficiência gerencial e de liquidez, foi considerado como bom preditor de insolvência. O modelo de risco proporcional de Cox selecionou também três indicadores: custo administrativo médio mensal; participação de ativos de realização imediata nas operações ativas usuais e participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades; apresentando elevados índices de acerto na predição do processo de insolvência.

Assim, para a realização deste estudo, dos sessenta e oito indicadores do Sistema INDCON, foram selecionados, inicialmente, aqueles indicadores considerados bons preditores de insolvência, a partir dos trabalhos de MATIAS e SIQUEIRA (1996), ROCHA (1999) e JANOT (2001). Posteriormente, foram considerados relevantes para o desenvolvimento da presente análise os indicadores de liquidez e de solvência geral e a participação da carteira de câmbio nas operações ativas, não citados nos trabalhos acima (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores de solvência utilizados no estudo

Grupo	Indicadores
Capital	Participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades Comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas Alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros
Ativos	Participação de ativos de realização imediata nas operações ativas usuais Participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais Participação das operações ativas não usuais na carteira ativa
Rentabilidade	Margem líquida
Eficiência gerencial	Nível de captação Nível de custo administrativo Variação da participação da captação no mercado
Liquidez	Liquidez geral Solvência geral

2.2.2. Seleção das instituições financeiras

Para a determinação da amostra, foi usado o conceito de agrupamento de instituições financeiras, utilizado pelo Banco Central, que as divide em quatro macro-segmentos, de acordo com as afinidades dos objetivos de suas operações

(seja em nível de aplicações ou de captações de recursos), e em onze segmentos, segundo o seu objetivo social. As instituições pertencentes ao mesmo segmento foram ainda reagrupadas, em subsegmentos, que, seja pelo porte ou controle do capital, tendam a apresentar comportamento homogêneo, permitindo assim a comparação de seus desempenhos (Quadro 2).

Quadro 2 - Agrupamento das instituições financeiras

Macrosegmentos	Área bancária I (opera com depósitos à vista) Área bancária II (não opera com depósitos à vista) Área de mercado de capitais Cooperativas de crédito		
Segmentos	Bancos múltiplos Bancos comerciais Bancos de desenvolvimento Bancos de investimento Sociedades de crédito, financiamento e investimento Sociedade de arrendamento mercantil Sociedades de crédito imobiliário e assoc. de poupança e empréstimo Caixas econômicas Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio Cooperativas de crédito		
	Porte		Pequeno Médio Grande
Subsegmentos	Tipo de controle		Privado nacional Privado com controle estrangeiro Privado com participação estrangeira Público federal Público estadual

Fonte: Sistema INDCON – Diretoria de Fiscalização do BACEN.

Neste trabalho, os bancos analisados são os que permaneceram em funcionamento durante todo o período em estudo (setembro de 1994 a dezembro de 2000), sem qualquer tipo de intervenção por parte do Banco Central, pertencentes ao macro-segmento área bancária I (bancos que operam com depósitos à vista), uma vez que se expõem mais aos riscos bancários. E, ainda, o segmento bancos múltiplos, que representam cerca de 75% do número total de bancos do sistema bancário nacional (Quadro 1A - Apêndice).

Dentro do segmento bancos múltiplos, foram analisados os bancos pertencentes ao subsegmento de acordo com o tipo de controle do capital. Três foram os subsegmentos avaliados: bancos privados nacionais, bancos com controle estrangeiro e com participação estrangeira. Os bancos múltiplos públicos federais e estaduais não foram avaliados, em primeiro lugar porque grande parte deles sofreu mudanças no controle acionário durante o período em estudo e ainda, devido à grande pressão política sofrida por estes bancos, o que pode levar a distorções em seus indicadores, prejudicando a análise.

As instituições que fizeram parte da amostra final, composta por 41 bancos múltiplos privados nacionais (BMPN); 21 bancos múltiplos nacionais com controle estrangeiro (BMNCE); 05 bancos múltiplos nacionais com participação estrangeira (BMNPE), representam cerca de 41% do total de bancos múltiplos em funcionamento em dezembro de 2000, e, encontram-se listadas no Quadro 2A do Apêndice.

2.2.3. Cálculo dos indicadores

Em seguida, calculou-se para cada um dos bancos, que fizeram parte da amostra, o valor de cada um dos indicadores, utilizando-se da fórmula de cálculo disponibilizada pela área de fiscalização do Banco Central e descrita no Quadro 3.

Quadro 3 - Fórmula de cálculo dos indicadores

- Participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades	- Captações em moedas estrangeiras/exigibilidades
- Comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas	- Créditos anormais descobertos de provisão/situação líquida patrimonial ajustada
- Alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros	- Situação líquida patrimonial ajustada/endividamento
- Participação de ativos de realização imediata nas operações ativas usuais	- Aplicações de realização imediata/operações ativas usuais
- Participação das operações ativas não usuais na carteira ativa	- Operações ativas não usuais/carteira ativa
- Participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais	- Operações da carteira de câmbio/operações ativas usuais
- Margem líquida	- Resultado líquido/receita operacional ajustada
- Nível de captação	- Captações de mercado
- Nível de custo administrativo	- Despesas administrativas/captação total
- Variação da participação da captação no mercado	- Captações do subsegmento/captações do segmento
- Liquidez geral	- Carteira ativa/exigibilidades
- Solvência geral	- Ativo total ajustado/exigibilidades

Fonte: Sistema INDCON – Departamento de Fiscalização do Banco Central.

Como seria inviável a análise individualizada de cada banco, primeiramente por motivos éticos e em seguida por ser pouco objetiva, de posse dos valores dos indicadores, calculou-se a média aritmética simples para cada um dos subsegmentos dos bancos múltiplos, nos 26 trimestres avaliados.

A avaliação de indicadores é feita com base em um padrão referencial, denominado de indicador-padrão. São obtidos através de método estatístico, que consiste em tabular dados de um determinado universo previamente definido, e, a partir daí, chegar a um referencial para servir de comparação a casos particulares. No cálculo dos indicadores-padrão, toma-se por base os indicadores, produzidos

por uma quantidade expressiva de empresas, agrupadas de acordo com determinadas características que lhes são peculiares. O padrão corresponde à mediana dos dados assim agrupados.

No presente trabalho, foram calculados pelo método acima os indicadores-padrão para cada um dos subsegmentos avaliados, uma vez que apresentam características semelhantes. Assim, foram agrupados os dados dos subsegmentos bancos múltiplos privados nacionais, bancos múltiplos com participação estrangeira e bancos múltiplos com controle estrangeiro, em cada um dos 26 trimestres avaliados, e, em seguida calculada a mediana, que serviu então de padrão.

Entretanto, tendo em vista que a mediana somente informa sobre o posicionamento do indicador em nível de separação entre 50% dos melhores e 50% dos piores, uma posição mais precisa da média dos subsegmentos, ficaria prejudicada. Como forma de suprir esta deficiência foram calculados os decis, com a finalidade de se atribuir nota ao subsegmento, no indicador em questão, e assim poder-se avaliar o estado de solvência dos bancos múltiplos, no período pós Plano Real.

O cálculo dos decis inicia-se pela exposição de cada indicador em ordem crescente. O primeiro decil é o ponto de distribuição de dados que deixa 10% dos elementos abaixo de si e 90% acima. E assim sucessivamente, até o último decil que deixa 90% dos dados abaixo e apenas 10% acima. A comparação da média dos subsegmentos com os valores assim calculados torna mais objetiva a análise, indicando quão próximo ou afastado do padrão encontram-se os bancos analisados, podendo-se assim inferir sobre seu desempenho.

Uma vez calculados os decis, a conceituação dos indicadores foi obtida mediante a atribuição de uma nota relativa, que variou de 1 (um) a 10 (dez), estabelecida com base nos decis, de acordo com o esquema a seguir:

Nota relativa	Posição nos decis
1	Até o 1.º decil
2	Entre o 1.º e o 2.º decil
3	Entre o 2.º e o 3.º decil
4	Entre o 3.º e o 4.º decil
5	Entre o 4.º e o 5.º decil
6	Entre o 5.º e o 6.º decil
7	Entre o 6.º e o 7.º decil
8	Entre o 7.º e o 8.º decil
9	Entre o 8.º e o 9.º decil
10	Acima do 9.º decil

Fonte: Sistema INDCON.

No entanto, a avaliação dos indicadores econômico-financeiros tem como base os conceitos “quanto maior, melhor” ou “quanto menor, melhor”, assim, fez-se necessário um ajuste na nota relativa, para manter o sentido de grandeza dos indicadores. Tal ajuste nas notas tem por finalidade inverter o valor nos indicadores com sentido “quanto menor, melhor”, permitindo uma uniformidade de avaliação. A nota ajustada foi obtida segundo o esquema a seguir:

Nota relativa	Sentido do indicador	Nota ajustada
X	Quanto maior, melhor	X
X	Quanto menor, melhor	(11-X)

Fonte: Sistema INDCON.

Foram então atribuídos conceitos relativos às notas ajustadas, para uma melhor e mais fácil visualização do desempenho dos subsegmentos em relação ao padrão. Assim, variando de excelente (nota 10), ótimo (notas 9 e 8), bom (notas 7

e 6), regular (notas 5 e 4), péssimo (notas 3 e 2) e insuficiente (nota 1), tais conceitos permitiram identificar os indicadores que significaram problema em relação ao padrão e que, por conseguinte colocam em risco a solvência das instituições.

2.3. Fonte de dados

Os dados contábeis das instituições financeiras avaliadas foram disponibilizados à autora pelo Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil. Vale informar que correspondem às contas disponibilizadas ao público pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado com a edição da Circular 1273 de 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar procedimentos de regulamentação e elaboração de demonstrações financeiras.

No cálculo dos indicadores, as contas utilizadas foram aquelas que o Banco Central disponibiliza ao público, uma vez que diversas delas são confidenciais. Apesar de o cálculo completo dos indicadores incluir um número maior de informações, não disponibilizadas por motivos de sigilo bancário, a autora julgou não ser prejudicial à análise a utilização de apenas as informações disponíveis, uma vez que houve uniformidade de procedimentos em relação às instituições. A relação completa das contas utilizadas encontra-se no Quadro 3A do Apêndice.

Foram analisados dados trimestrais, de todos os bancos da amostra, no período de setembro de 1994 a dezembro de 2000, correspondendo a 26 trimestres, abrangendo assim todo o período do plano Real.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Avaliação do estado de solvência do sistema bancário nacional

Antes de se iniciar a discussão dos resultados, é relevante ressaltar que foram retiradas da amostra as instituições que apresentaram valores extremos (máximos ou mínimos) para os indicadores, uma vez que tais bancos, que por motivos éticos não serão mencionados, colocavam em risco a avaliação, feita com base na média dos subsegmentos. Para os indicadores de ativo e passivo em moeda estrangeira, os bancos que não operaram com a carteira de câmbio, mantendo, portanto, zerada sua posição, foram também excluídos da análise.

3.1.1. Indicadores de capital

Este grupo de indicadores evidencia a estrutura de capital das instituições, em relação à origem de recursos, separando os próprios e os de terceiros. Em relação a estes últimos, segrega-os pelas diferentes formas de captação, indicando inclusive a dependência de fontes externas. Identificam, também, o grau de comprometimento dos recursos próprios com operações não usuais e com aplicações, sem os pressupostos de liquidez, tais como imobilizações e operações de curso anormal.

No presente trabalho, foram utilizados três indicadores deste grupo, a saber: participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades (C104); comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas⁸ (C202) e alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros (C204), considerados bons previsores de insolvência nos trabalhos de MATIAS e SIQUEIRA (1996), ROCHA (1999) e JANOT (2001), respectivamente.

Para os dois primeiros indicadores, o sentido é “quanto menor, melhor”. Portanto, uma média posicionada abaixo do referencial padrão é o ideal para o subsegmento, indicando, assim, uma menor exposição aos riscos. Já o indicador de alavancagem, dada a fórmula de cálculo (patrimônio líquido/endividamento), o sentido é "quanto maior melhor", e, assim, uma média acima do referencial padrão é o ideal.

a) Participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades (C104)

Para o indicador C104, o padrão demonstrou elevada dependência dos recursos externos para o segmento, com valores que se mantiveram em geral próximos de 20%, o que pode comprometer a solvência das instituições, no caso de uma desvalorização da moeda nacional. Vale lembrar, no entanto, que este é um indicador de passivo, referindo-se às obrigações dos bancos. Uma avaliação da situação líquida será feita mais adiante por meio da comparação com o indicador de ativos - participação da carteira de câmbio na carteira ativa - quando então será possível verificar se os bancos encontram-se protegidos contra uma desvalorização da moeda. A tendência para o indicador padrão (Figura 1), manteve-se estável, indicando assim que não ocorreu alteração significativa dessa forma de captação de recursos para o segmento.

Analisando-se o comportamento da média dos subsegmentos no indicador participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades nota-se que apenas os bancos privados nacionais se mantêm abaixo do referencial padrão durante todo o período considerado, com pequena tendência de queda

⁸ O Banco Central considera como operações ilíquidas aquelas vencidas há mais de 180 dias com garantias consideradas insuficientes ou há mais de 360 dias com garantias suficientes. Vale lembrar, no entanto, que o provisionamento, deve ser efetivado no ato da contratação.

(Figura 1), de onde se pode concluir que a política de captação de recursos dessas instituições não privilegia as fontes externas.

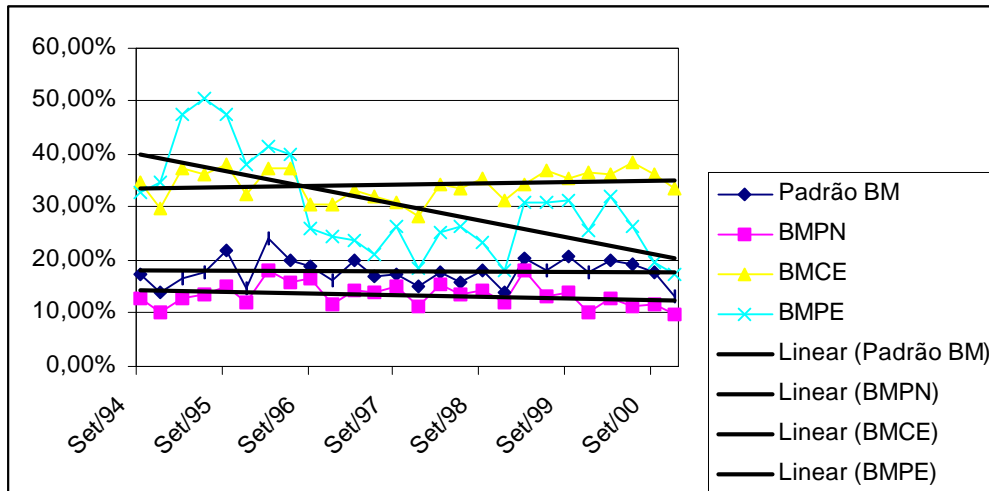


Figura 1 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades” em relação ao padrão.

A média dos subsegmentos bancos com controle estrangeiro e com participação estrangeira permanece sempre acima do padrão (Figura 1), com uma elevada participação das captações em moeda estrangeira, no período de setembro de 1994 a junho de 1996. A partir de setembro de 1996 ocorre um declínio nos valores, para os dois subsegmentos. Nota-se, contudo que os bancos com participação estrangeira, apresentaram uma acentuada e contínua tendência de queda, podendo-se afirmar que reduziram sua fonte de captação externa, diminuindo sua exposição. Já os bancos com controle estrangeiro, apresentaram uma tendência de queda bastante sutil, permanecendo desta forma, com valores elevados de obrigações em moedas estrangeiras (Figura 1).

O escore ajustado (Quadro 4) demonstra que os bancos privados nacionais apresentam uma melhor performance para este indicador do que os

demais bancos, sendo considerado bom (notas 6 e 7) durante todo o período. Já os bancos com controle estrangeiro apresentam um péssimo desempenho (notas 2 e 3), enquanto que os com participação estrangeira apresentam um desempenho considerado péssimo até junho de 1996 (notas 2 e 3), com tendência a desempenho regular (notas que variaram de 2 a 5), a partir de então.

Quadro 4 - Participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades: padrão, média e notas ajustadas trimestrais

	Padrão BM ¹	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	17,53	12,66	34,64	32,97	6	3	3
Dez./94	14,09	10,02	29,65	34,87	6	3	2
Mar./95	16,67	12,71	37,46	47,71	6	3	2
Jun./95	17,57	13,75	36,14	50,48	6	3	2
Set./95	21,93	15,04	38,11	47,47	7	3	2
Dez./95	14,70	12,00	32,44	38,15	6	3	2
Mar./96	24,07	17,94	37,51	41,53	6	3	3
Jun./96	19,99	15,78	37,30	39,83	6	3	3
Set./96	18,72	16,61	30,74	26,09	6	3	4
Dez./96	16,19	11,54	30,44	24,63	6	2	3
Mar./97	20,01	14,43	33,13	23,78	6	2	4
Jun./97	16,82	13,95	32,10	21,12	6	2	4
Set./97	17,42	15,08	31,09	26,45	6	3	3
Dez./97	15,02	11,20	28,21	18,58	6	2	4
Mar./98	17,61	15,48	34,35	25,44	6	2	4
Jun./98	15,92	13,43	33,47	26,35	6	2	3
Set./98	18,29	14,28	35,36	23,28	6	2	4
Dez./98	13,91	12,21	31,27	18,27	6	2	4
Mar./99	20,24	18,09	34,31	30,88	6	3	3
Jun./99	18,14	13,12	37,03	30,99	7	2	3
Set./99	20,70	14,03	35,50	31,37	7	2	3
Dez./99	17,66	10,18	36,43	25,71	7	2	4
Mar./00	20,10	12,89	36,35	32,01	7	2	2
Jun./00	19,07	11,33	38,37	26,46	6	3	3
Set./00	17,90	11,69	36,05	19,77	7	2	5
Dez./00	13,31	9,94	33,54	17,45	6	3	4

Fonte: Cálculo da autora.

¹ BM: bancos múltiplos; BMPN: bancos múltiplos privados nacionais; BMNCE: bancos múltiplos nacionais com controle estrangeiro; BMNPE: bancos múltiplos nacionais com participação estrangeira.

Apesar destes dois últimos subsegmentos apresentarem um passivo em moedas estrangeiras elevado, vale lembrar que a origem do capital e o tipo de controle acionário destes bancos podem justificar esta maior participação nas exigibilidades, o que não isenta estas instituições dos riscos advindos de desvalorização cambial.

PUGA (2001) encontrou resultados semelhantes em sua análise sobre o sistema financeiro, indicando serem os bancos estrangeiros os que mais se expunham aos riscos de câmbio, uma vez que concentram a maior parcela de captações externas. No entanto, concluiu que tal fato não representa riscos para a solidez do sistema bancário nacional, uma vez que podem recorrer às suas matrizes no exterior para honrar compromissos externos.

Os dados encontrados no presente estudo indicam, no entanto, que a exposição ao risco de câmbio dos bancos, sobretudo daqueles com controle estrangeiro, é preocupante no caso de uma desvalorização cambial. Entretanto, vale lembrar que uma avaliação mais precisa necessita do confronto com as operações ativas, quando então será avaliada a exposição líquida ao risco de câmbio.

b) Comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas (C202)

O indicador C202 revela a incapacidade das instituições de formar provisões adequadas para atender créditos de recebimento incerto, expondo seu capital aos riscos de um crédito mal deferido.

O padrão referencial aponta para uma baixa exposição dos bancos, com valores que variam de 0,35% em dezembro de 1999 a 3,35% em setembro de 2000, estando, entretanto, na maior parte do tempo abaixo de 2%. O Comitê da Basileia indica como preocupante um comprometimento acima de 10%, o que demonstra que os bancos nacionais estão mantendo um padrão muito bom, evitando que créditos de liquidação duvidosa venham a comprometer os recursos próprios da instituição. No entanto, uma tendência de crescimento dos valores encontrados (Figura 2), indica que as instituições aumentaram sua exposição a créditos problemáticos ou de difícil liquidação, durante o período,

permanecendo, contudo, bem abaixo do máximo sugerido pelo Comitê da Basileia. Verificou-se ainda, falta de uniformidade, o que pode indicar uma não obediência ao regime de competência, aprovisionando valores pertencentes a um trimestre no trimestre subsequente. Dessa forma, quando o padrão muda de 2,69% em março de 1996 para 1,28% em junho do mesmo ano (Quadro 5), pode ter ocorrido a contratação de operações pelas instituições no trimestre janeiro/março, com aprovisionamento no trimestre subsequente (abril/junho).

Quadro 5 - Comprometimento dos recursos próprios com operações líquidas: padrão, média e notas ajustadas trimestrais

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	0,37	1,46	0,78	0,21	3	4	6
Dez./94	0,35	0,95	0,65	0,73	3	4	4
Mar./95	0,71	2,95	1,34	1,15	3	4	5
Jun./95	0,53	2,25	1,77	0,68	3	4	5
Set./95	1,15	4,82	4,80	1,32	4	4	5
Dez./95	1,28	2,71	2,34	1,02	3	4	6
Mar./96	2,69	4,95	4,74	1,93	3	4	6
Jun./96	1,28	2,66	2,14	1,17	3	4	6
Set./96	1,74	4,32	2,72	1,84	3	5	5
Dez./96	1,17	2,50	1,65	1,14	4	5	6
Mar./97	2,04	4,23	2,77	1,63	3	4	6
Jun./97	1,14	2,49	1,62	1,80	3	5	4
Set./97	2,00	3,97	2,28	2,97	4	5	4
Dez./97	0,86	2,63	1,08	1,43	3	5	5
Mar./98	1,69	4,72	1,63	1,92	3	5	5
Jun./98	1,37	2,88	1,67	1,16	4	5	6
Set./98	1,72	3,99	2,79	1,64	4	5	6
Dez./98	1,31	2,65	1,65	0,99	4	5	6
Mar./99	0,64	3,01	0,86	0,47	3	5	6
Jun./99	0,67	1,88	0,74	0,38	3	5	6
Set./99	1,64	3,06	1,74	1,15	4	5	6
Dez./99	0,98	2,27	1,33	0,93	3	5	6
Mar./00	2,92	4,18	2,82	2,44	4	6	6
Jun./00	2,32	3,25	1,64	1,69	4	6	6
Set./00	3,35	5,14	2,58	3,08	4	6	6
Dez./00	1,99	3,49	1,60	1,88	4	6	6

Fonte: Cálculo da autora.

Os bancos privados nacionais apresentam um desempenho que varia de péssimo a regular durante todo o período (notas 3 e 4), permanecendo sempre acima do padrão (Figura 2), o que não é um comportamento desejável para este indicador. Ocorre uma grande volatilidade para os valores médios desse indicador no subsegmento uma exposição aos riscos de crédito menor no início do período (setembro e dezembro de 1994), apresentando a partir de então uma tendência contínua de crescimento (Figura 2). No entanto, os valores médios encontrados não evidenciam para o subsegmento uma exposição preocupante do capital aos riscos de crédito, o que indica que os bancos privados nacionais têm mantido provisões suficientes e necessárias para a liquidação de créditos ilíquidos.

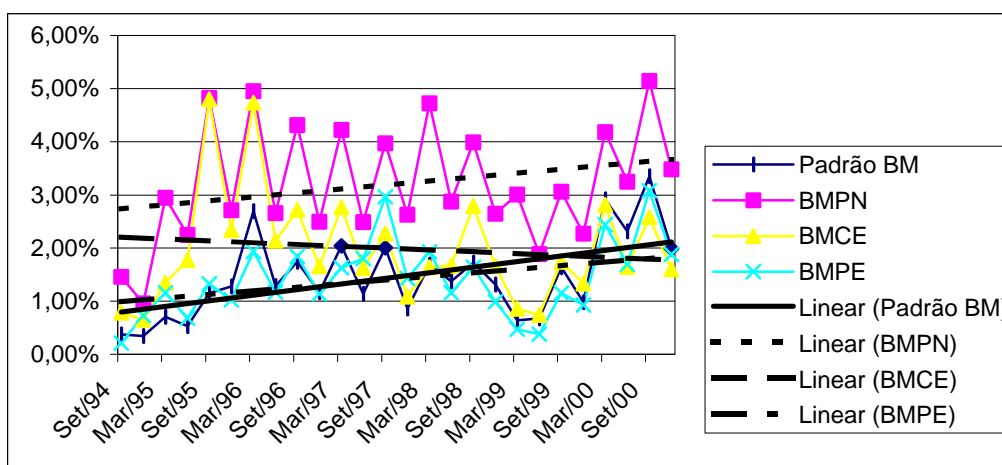


Figura 2 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “comprometimento dos recursos próprios com operações ilíquidas” em relação ao padrão.

Para os bancos com controle estrangeiro, o desempenho passa de regular (notas 4 e 5) a bom (nota 6), tendo assim melhorado o desempenho nesse indicador, sobretudo a partir de março de 2000. Este subsegmento apresenta uma pequena tendência negativa de crescimento da média (Figura 2), o que indica

uma redução de exposição aos riscos de crédito. Não houve assim, para essas instituições, comprometimento do capital próprio com créditos de liquidação duvidosa.

Os bancos com participação estrangeira também não apresentam problemas nesse indicador, com um desempenho que passa de regular a bom (notas de 4 a 6), no período de setembro de 1994 a março de 1998; para bom (nota 6), a partir de então.

A avaliação final desse indicador demonstra que os bancos não têm permitido exposições excessivas de seu capital a créditos de liquidação duvidosa, evitando assim o comprometimento do estado de solvência advindo da não liquidação de créditos mal deferidos ou não honrados. Pode-se, assim, afirmar que o Princípio 8 do Comitê da Basileia está sendo observado pelo sistema bancário nacional.

c) Alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros (C204)

Este indicador revela o percentual de participação dos capitais de terceiros em relação aos recursos próprios. Vale lembrar que no cálculo, a avaliação feita foi: patrimônio líquido ajustado em relação ao endividamento. Assim sendo, quanto maior o índice, melhor, indicando que houve menor alavancagem do capital próprio com recursos de terceiros. Por exemplo, um valor de 132% em dezembro/94, indica que o capital próprio foi 1,32 vezes maior do que o endividamento. Já o valor de 30,10%, em setembro/97, indica que o capital próprio cobria apenas cerca de 30% do endividamento, demonstrando dessa forma um índice elevado de alavancagem (Quadro 6).

Apesar de os bancos, por sua natureza de intermediador financeiro, utilizarem em larga escala os recursos de terceiros, um baixo índice de alavancagem é desejável. SAUNDERS (2000) afirma que o capital próprio é um instrumento eficaz de proteção contra dois tipos de risco fundamentais: o risco de crédito e o risco de variação da taxa de juros, confirmando assim a importância de os bancos optarem por índices de alavancagem menores.

Quadro 6 - Alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros: padrão, média e notas ajustadas trimestrais

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	81,10	148,62	80,65	103,24	9	5	7
Dez./94	132,71	215,16	141,94	161,71	8	6	7
Mar./95	63,31	130,01	59,86	67,07	8	5	6
Jun./95	104,33	182,46	93,15	106,15	9	5	6
Set./95	55,88	109,99	41,32	39,40	9	4	3
Dez./95	83,39	141,38	70,88	51,36	8	5	3
Mar./96	40,08	81,56	33,84	29,93	9	4	4
Jun./96	56,38	111,76	41,63	40,35	9	4	4
Set./96	32,50	72,23	31,18	29,82	9	5	4
Dez./96	51,62	85,70	57,01	54,12	8	6	6
Mar./97	34,04	63,89	34,45	31,72	9	6	5
Jun./97	44,73	82,06	42,57	44,13	9	5	5
Set./97	30,10	63,99	29,84	28,94	9	5	5
Dez./97	59,63	101,89	66,94	69,85	8	6	6
Mar./98	36,34	64,77	34,67	32,11	9	5	5
Jun./98	50,40	95,55	45,10	46,13	9	5	5
Set./98	35,56	69,17	32,39	35,51	9	5	5
Dez./98	64,64	104,97	68,90	56,32	9	6	5
Mar./99	79,19	101,35	135,21	74,37	7	9	5
Jun./99	113,65	159,84	188,96	132,80	8	9	7
Set./99	46,56	79,49	85,38	45,55	8	8	5
Dez./99	71,89	91,24	128,83	70,18	8	9	5
Mar./00	40,01	84,37	44,98	44,08	9	6	6
Jun./00	58,19	88,64	85,10	62,16	9	8	6
Set./00	38,07	74,11	40,05	38,75	9	6	6
Dez./00	66,48	91,45	75,47	75,97	8	7	7

Fonte: Cálculos da autora.

O padrão referencial apresenta uma tendência de queda no período (Figura 3), indicando assim que o segmento aumentou sua alavancagem. Verifica-se que em apenas três trimestres (dezembro/94, junho/95 e junho/99) o patrimônio líquido foi suficiente para cobrir o endividamento. De setembro de 1996 a setembro de 1997, nota-se uma redução significativa deste indicador, o que demonstra um aumento da participação de capitais de terceiros em relação ao próprio dos bancos.

A análise da alavancagem (Figura 3) demonstra que os bancos privados nacionais foram os menos dependentes de recursos de terceiros no período considerado, estando sempre acima do referencial padrão. Os bancos privados nacionais recebem escores que apontam para um desempenho excelente (notas 8 e 9), indicando assim baixa dependência do capital de terceiros. Entretanto, uma significativa tendência de queda nas médias das instituições no período, indica que houve uma deteriorização da razão patrimônio líquido/capitais de terceiros. Deve-se ressaltar, ainda, que houve um forte aumento no percentual deste indicador, com a conseqüente redução no grau de alavancagem para todo o segmento bancário no período compreendido entre o último trimestre de 1998 e os dois primeiros de 1999.

Os bancos com controle estrangeiro apresentam um desempenho que variou de regular a bom (notas entre 4 e 6), até dezembro de 1998, tendo melhorado seu índice de alavancagem a partir de então. Durante o ano de 1999 obtiveram nota 8 e 9, o que indica uma excelente performance em relação ao padrão. A tendência de crescimento observada para as médias deste indicador, (Figura 3), indica que os bancos do subsegmento aumentaram a relação patrimônio líquido/endividamento, o que reduz os riscos.

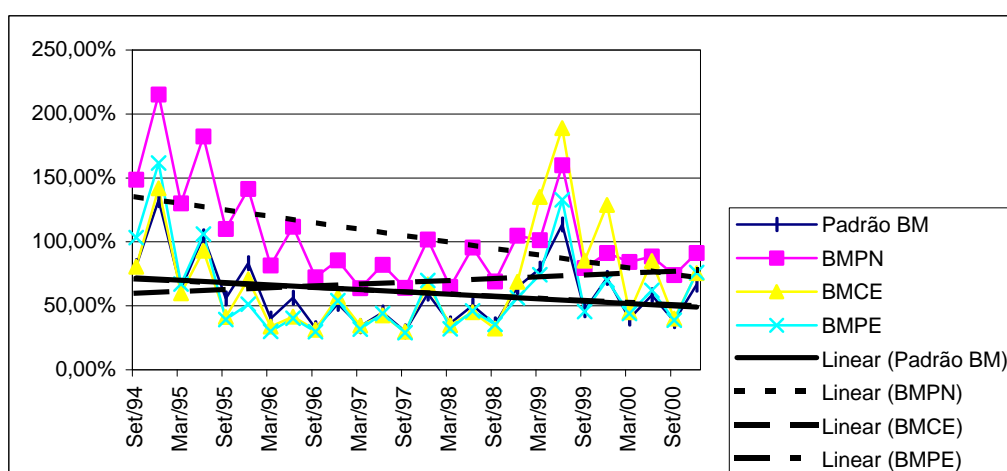


Figura 3 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “alavancagem dos recursos próprios com capitais de terceiros” em relação ao padrão.

A média dos indicadores para os bancos com participação estrangeira, também se manteve próxima do padrão (Figura 3), com uma performance entre regular e boa (notas de 4 a 7), praticamente em todo o período. Exceção deve ser feita aos dois últimos trimestres de 1995, quando a nota 3 indica um péssimo comportamento frente ao padrão. Este foi, no entanto, um comportamento isolado, que não compromete o estado de solvência destas instituições. Uma tendência de crescimento negativo aponta para um aumento no índice de alavancagem (Figura 3).

Após a avaliação desse indicador, concluiu-se que a alavancagem do sistema bancário nacional não se apresenta como fator preocupante para o estado de solvência das instituições, estando os bancos brasileiros pouco alavancados.

PUGA (2001), comparando os principais bancos nacionais com bancos americanos e de países emergentes da América Latina e Leste Asiático, no primeiro semestre de 1998, concluiu que os bancos que operam no Brasil são menos alavancados do que a maioria dos bancos dos outros países. Tal conclusão reforça esses resultados encontrados neste estudo.

3.1.2. Indicadores de ativos

Este grupo de indicadores identifica o direcionamento dos recursos captados, apontando a estrutura das aplicações quanto às principais modalidades operacionais e direcionamento do crédito; comprometimento ou riscos das operações, bem como a política operacional da instituição. Neste grupo, foram avaliados os seguintes indicadores: participação dos ativos de realização imediata nas operações ativas usuais (A101) e participação das operações ativas não usuais na carteira ativa (A103), considerados bons previsores de insolvência no trabalho de JANOT (2001). A participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais (A108) que representa o lado ativo das operações com moeda estrangeira, foi também avaliada a fim de que se tivesse uma visão mais ampla da estrutura patrimonial dos bancos brasileiros no caso de flutuações cambiais.

Para o indicador A101, vale a pena uma melhor análise do sentido. Se por um lado o sentido “quanto maior melhor” se aplica, pois indica que a instituição passa a ter maior liquidez para solver seus compromissos, por outro, implica em menor aplicação de recursos nas operações ativas usuais, podendo levar a uma baixa rentabilidade. Uma vez que não foi encontrado no referencial consultado uma indicação de um índice ideal de liquidez, optou-se por considerá-lo, no presente estudo, como sendo aquele que se aproxima do padrão.

A avaliação do indicador A103 deve ser “quanto menor melhor”, uma vez que tais operações devem ser evitadas, pois não se enquadram nas atividades básicas dos bancos, o que leva a uma rentabilidade insatisfatória dos ativos.

Para o indicador A108, uma participação elevada dos ativos em moeda estrangeira na carteira ativa total pode significar uma perda de rentabilidade, podendo gerar problemas de insolvência, no caso de uma valorização da moeda nacional. Portanto, a sobrevalorização do real nos primeiros anos do plano, pode ter afetado a estrutura financeira de bancos que apresentavam uma participação elevada da carteira de câmbio em sua carteira de ativos, gerando problemas de insolvência. Assim, para este indicador o sentido “quanto menor melhor” pode ser aplicado.

a) Participação dos ativos de realização imediata nas operações ativas usuais (A101)

No sistema bancário são ativos de realização imediata, dentre outros, os seguintes itens: disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em operações compromissadas, reservas compulsórias em títulos junto ao Banco Central, reservas compulsórias em espécie no Banco Central, numerário em trânsito, serviço de compensação de cheques e outros papéis.

Vale ressaltar que as contas: reservas compulsórias em títulos e em espécie junto ao Banco Central não são disponibilizadas ao público e não foram, portanto, incluídas quando do cálculo do indicador. Portanto não se avaliou a influência de políticas públicas na liquidez dos bancos.

Uma política operacional que privilegie o aumento da participação de tais ativos, nas operações ativas usuais, aumentam a liquidez da instituição, mas podem comprometer sua rentabilidade. Entretanto, em momentos de grandes incertezas, com um cenário macroeconômico instável, podem os bancos optar por uma maior liquidez, evitando assim o risco de liquidez, que em casos extremos pode acarretar a insolvência bancária.

A análise do indicador padrão demonstra que o mesmo esteve em média próximo de 40% (Quadro 7), ou seja, cerca de 40% das operações ativas usuais estão aplicadas em ativos de realização imediata. Apesar de não ter sido encontrado na literatura consultada valores que pudessem servir de parâmetro, há que se ressaltar o fato de que os bancos operam com um volume elevado de recursos que necessitam de conversão imediata (depósitos à vista e de curto prazo), o que requer uma precaução por parte destas instituições no que se refere à manutenção de ativos de realização imediata, evitando-se assim a perda com a conversão de ativos menos líquidos. Para SAUNDERS (2000), a decisão por manter um determinado volume em ativos de realização imediata, deve levar em conta a natureza do empreendimento, o que reforça a afirmação acima. Portanto, o valor encontrado para o referencial padrão, foi considerado satisfatório, uma vez que os bancos necessitam manter um maior volume de recursos de realização imediata. No início do plano Real, verifica-se um aumento nos valores médios do segmento, que se mantém até o terceiro trimestre de 1995, quando então volta a crescer (Quadro 7). Em março de 1995, ocorre a menor liquidez do período (29,91%), retomando o crescimento a partir do último trimestre de 1995. Verificou-se uma ligeira tendência de crescimento, indicado que o segmento optou por elevar sua liquidez no período em análise.

Quadro 7 - Participação dos recursos de realização imediata nas operações ativas usuais: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	33,81	38,30	42,93	46,40	6	7	8
Dez./94	32,82	35,02	43,41	35,76	6	8	6
Mar./95	29,91	31,35	39,87	30,56	6	8	6
Jun./95	30,39	35,70	35,30	31,85	7	7	6
Set./95	31,29	35,84	40,60	37,55	6	7	6
Dez./95	39,65	38,67	51,50	50,73	5	7	7
Mar./96	37,75	38,44	40,93	48,44	6	7	7
Jun./96	43,84	41,01	44,67	59,90	5	6	9
Set./96	42,60	39,58	51,77	67,74	5	7	9
Dez./96	43,40	39,54	51,39	66,17	5	7	9
Mar./97	38,66	37,28	46,49	64,11	5	7	9
Jun./97	39,54	36,99	43,37	62,38	5	6	9
Set./97	40,59	36,84	50,42	62,35	5	7	9
Dez./97	43,63	39,89	49,39	63,10	5	7	9
Mar./98	44,24	42,38	40,81	63,75	5	5	9
Jun./98	41,62	42,97	43,92	65,24	6	6	9
Set./98	37,64	39,87	39,42	61,64	6	6	8
Dez./98	40,25	40,14	43,72	64,34	6	6	9
Mar./99	38,35	37,93	41,76	62,17	5	6	9
Jun./99	36,70	39,26	38,75	57,46	6	6	8
Set./99	38,99	42,10	42,90	55,59	6	6	8
Dez./99	45,23	48,14	49,40	57,34	6	7	7
Mar./00	40,35	43,50	43,53	52,78	6	6	7
Jun./00	42,72	46,89	40,09	58,01	6	5	8
Set./00	39,09	39,65	42,97	59,49	6	6	8
Dez./00	42,95	40,48	53,11	55,61	5	7	7

Fonte: Cálculos da autora.

Os bancos privados nacionais apresentam comportamentos semelhantes ao padrão (Figura 4), mantendo um percentual de liquidez necessária, evitando maiores riscos. É relevante o fato de que esses bancos se mantêm ligeiramente acima do padrão, no período compreendido entre setembro de 1994 e setembro de 1995, apesar do baixo percentual encontrado para o indicador (Quadro 7), estando menos propensos, assim, a problemas de insolvência. A nota ajustada demonstra um desempenho que variou de regular a bom (notas entre 5 e 7). Uma

vez que os valores dor referencial padrão forma considerados como satisfatórios, pelos motivos acima expostos, a avaliação dos bancos privados nacionais demonstra que a política operacional desses bancos não comprometeu o estado de solvência e nem afetou a rentabilidade dessas instituições.

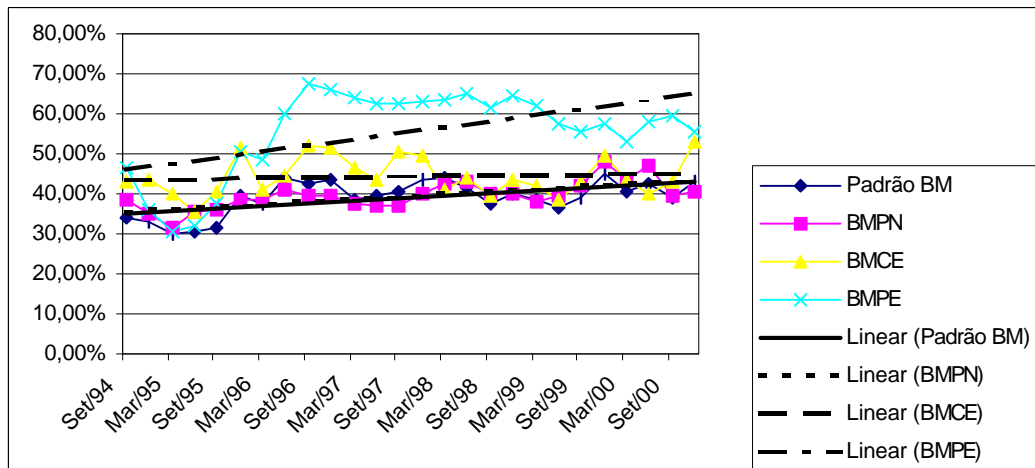


Figura 4 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “participação dos recursos de realização imediata nas operações ativas usuais” em relação ao padrão.

Os bancos com controle estrangeiro mantêm-se acima do padrão (Figura 4), apresentando um desempenho considerado bom (notas 6 e 7). Os valores percentuais das médias (Quadro 7) também demonstram um comportamento pouco volátil, o que pode ser confirmado por sua tendência linear (Figura 4)

Já para os bancos com participação estrangeira, verifica-se que permanecem próximos ao padrão no início do plano Real (Figura 4), apresentando um desempenho bom (notas 6 e 7) até março de 1996. A partir de então, aumentam a participação dos ativos de realização imediata nas operações ativas usuais, distanciando-se significativamente do padrão. Com isso, obtêm notas elevadas (8 e 9), o que poderia ser considerado um desempenho excelente se não fosse o fato de tamanha liquidez comprometer a rentabilidade. E ainda,

uma elevada tendência de crescimento da média no período, bem acima dos demais segmentos, indica uma política operacional que privilegia a liquidez.

A avaliação final deste indicador não demonstra problemas de liquidez para as instituições dos subsegmentos bancos privados nacionais e bancos com controle estrangeiro. Já para os bancos com participação estrangeira nota-se um volume de recursos de realização imediata bem superior ao padrão, e com uma tendência crescente, o que pode indicar para as autoridades competentes um excesso de liquidez destas instituições, comprometendo sua rentabilidade. Entretanto não há indícios de comprometimento do estado de solvência, uma vez que a liquidez do sistema é satisfatória.

b) Participação das operações ativas não usuais na carteira ativa (A103)

Como exemplo de operações ativas não usuais pode-se citar: aquisição de ações de empresas estatais, recursos do sistema financeiro habitacional bloqueados, material em estoque, depósitos para aquisição de telefones, dentre outros.

Os valores encontrados para o padrão não foram elevados, estando em geral abaixo de 3,5% (Quadro 8). Isto indica que a participação dos ativos não usuais na carteira ativa não sinalizou um comprometimento da rentabilidade e nem da liquidez do segmento.

Os bancos privados nacionais posicionam-se durante todo o período ligeiramente acima do padrão com pequena tendência de crescimento (Figura 5) Entretanto, os valores encontrados não indicam problemas de insolvência, uma vez que não houve elevado comprometimento da carteira ativa.

Os bancos com controle estrangeiro apresentam um desempenho entre regular e bom, com notas que variaram entre 4 e 7 (Quadro 8), permanecendo muito próximos do padrão (Figura 5), indicando não haver problemas com este subsegmento.

Quadro 8 - Participação das operações ativas não usuais na carteira ativa: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	2,75	4,61	3,95	5,41	4	4	3
Dez./94	2,02	3,43	3,21	10,28	4	4	1
Mar./95	1,84	3,35	3,07	8,50	4	4	2
Jun./95	2,63	3,80	2,87	9,46	4	5	1
Set./95	2,62	4,28	2,13	10,05	4	6	1
Dez./95	1,99	4,21	1,90	13,19	4	6	1
Mar./96	2,42	4,38	1,73	15,10	4	7	1
Jun./96	2,73	4,90	2,67	13,03	3	6	1
Set./96	2,71	5,07	2,76	16,58	3	5	1
Dez./96	2,59	4,49	2,88	12,74	4	5	1
Mar./97	3,04	4,37	2,67	17,96	4	6	1
Jun./97	2,87	4,62	2,89	18,41	3	5	1
Set./97	3,00	4,61	2,84	17,38	4	6	1
Dez./97	3,40	4,96	3,25	16,58	3	6	1
Mar./98	2,36	4,39	4,27	14,92	4	4	1
Jun./98	3,14	4,85	2,95	15,31	3	6	1
Set./98	3,14	5,54	3,02	15,11	3	6	1
Dez./98	2,97	5,71	3,76	13,65	4	5	1
Mar./99	3,53	5,89	4,54	13,15	3	4	1
Jun./99	3,37	5,70	4,16	13,15	3	5	1
Set./99	3,67	5,91	5,99	12,98	3	3	1
Dez./99	3,36	5,16	5,62	11,83	4	3	1
Mar./00	2,86	5,07	4,63	22,48	4	4	1
Jun./00	2,98	4,47	3,29	22,09	4	5	1
Set./00	3,10	4,71	3,05	21,64	4	6	1
Dez./00	3,29	4,51	4,45	21,56	4	4	1

Fonte: Cálculos da autora.

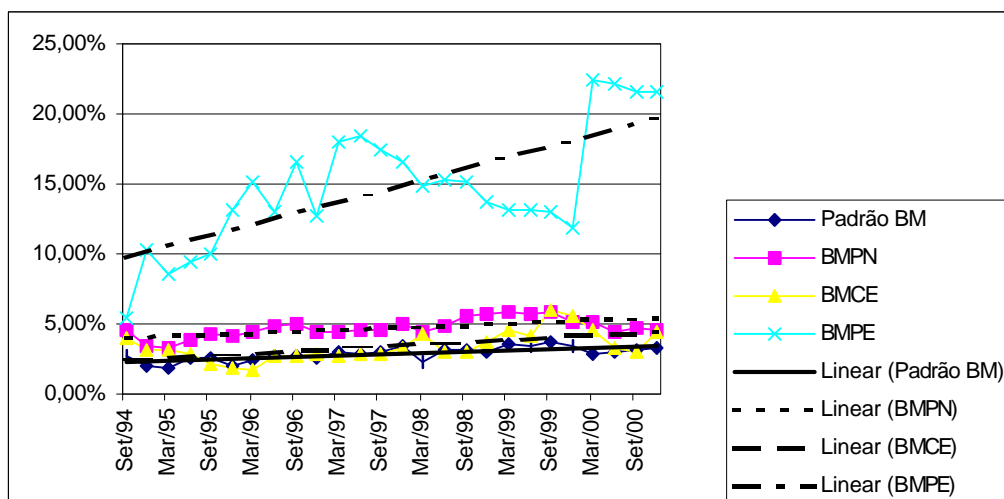


Figura 5 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “participação das operações ativas não usuais na carteira ativa” em relação ao padrão.

A análise dos bancos com participação estrangeira induz a um certo grau de preocupação com este indicador, estando eles muito acima do padrão em todo o período, com um desempenho insatisfatório e uma tendência de crescimento elevada, bem acima do padrão do segmento e dos demais bancos. Dessa forma, um comprometimento da carteira ativa com ativos não usuais, da ordem de 15 a 20%, pode colocar em risco a rentabilidade dessas instituições, sobretudo quando avaliada em conjunto com o indicador anterior, que aponta para uma alta liquidez. Portanto, os bancos com participação estrangeira colocam em risco a rentabilidade de sua carteira ativa, o que pode levar a problemas de insolvência. Os dados disponíveis, não permitiram, no entanto, uma avaliação conclusiva acerca do comportamento deste indicador para os bancos com participação estrangeira. Vale lembrar, no entanto, que o número de BMNPE no total de bancos avaliados é pequeno, correspondendo a cerca de 7% do total da amostra.

c) Participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais (A108)

Este indicador demonstra o percentual de comprometimento da carteira ativa dos bancos brasileiros, em investimento direto e investimento em títulos no exterior. Tais investimentos podem ampliar os benefícios operacionais e financeiros disponíveis em investimentos puramente domésticos. Entretanto, expõem a instituição ao risco de câmbio que se eleva no caso de uma valorização da moeda nacional.

Para SAUNDERS (2000), o risco de câmbio torna-se mais preocupante quando a instituição mantém uma posição não equilibrada em ativos e passivos em moeda estrangeira, sujeitando-se aos riscos de flutuações cambiais. Portanto, no caso de uma forte valorização da moeda nacional, a instituição pode compensar suas perdas se a exposição líquida em moeda estrangeira for igual ou próxima de zero, ou seja, se o total de ativos se assemelhar ao de passivos.

A avaliação do indicador demonstra existir um referencial padrão que se situa em média em torno dos 10% (Quadro 9), o que pode ser considerado aceitável, quando comparado a outras instituições financeiras nos Estados Unidos e Japão. De acordo com SAUNDERS (2000), os fundos de pensão norte-americanos investem de 5 a 10% de suas carteiras de ativos em títulos estrangeiros, enquanto que para os fundos japoneses chegam a 30%. Indica ainda que os valores de exposição dos fundos de pensão são menores do que a dos principais bancos americanos, por motivos de prevenção e regulamentação.

Para os bancos privados nacionais o indicador mantém-se durante todo o período abaixo do padrão (Figura 6), e com uma tendência de queda, indicando uma baixa exposição. O desempenho foi considerado bom (notas 6 e 7), indicando que tais bancos não se expõem ao risco de uma valorização cambial.

Quadro 9 - Participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	13,12	9,15	24,58	30,84	7	3	2
Dez./94	8,91	5,47	20,37	36,94	7	2	1
Mar./95	12,60	8,78	27,74	38,43	6	3	2
Jun./95	12,38	8,95	29,32	45,68	7	2	2
Set./95	15,33	8,47	31,38	43,58	7	3	2
Dez./95	9,00	4,94	21,75	35,07	6	3	2
Mar./96	13,67	9,94	25,00	35,72	6	3	2
Jun./96	11,86	8,50	25,45	33,86	7	2	2
Set./96	12,04	8,36	19,90	18,51	6	2	2
Dez./96	7,75	4,56	16,87	20,75	7	3	2
Mar./97	10,80	7,54	19,50	17,24	7	2	3
Jun./97	10,47	8,19	19,33	15,84	7	3	3
Set./97	10,16	8,64	15,95	20,56	7	3	2
Dez./97	6,96	4,39	12,74	9,43	6	2	3
Mar./98	8,06	6,44	16,59	12,79	6	2	3
Jun./98	6,80	5,48	15,43	14,59	6	2	2
Set./98	9,15	6,44	20,53	10,21	7	2	5
Dez./98	4,55	4,59	14,74	6,72	6	2	4
Mar./99	9,78	7,16	17,82	19,61	6	2	2
Jun./99	9,38	5,95	20,81	15,18	7	2	4
Set./99	10,57	6,78	20,51	23,25	7	3	2
Dez./99	6,09	3,62	21,10	13,92	7	2	3
Mar./00	11,19	5,16	22,40	21,15	7	2	3
Jun./00	9,80	4,59	24,94	14,66	7	2	4
Set./00	10,54	4,92	20,41	12,52	7	2	5
Dez./00	7,01	3,74	17,08	11,61	6	2	4

Fonte: Cálculos da autora.

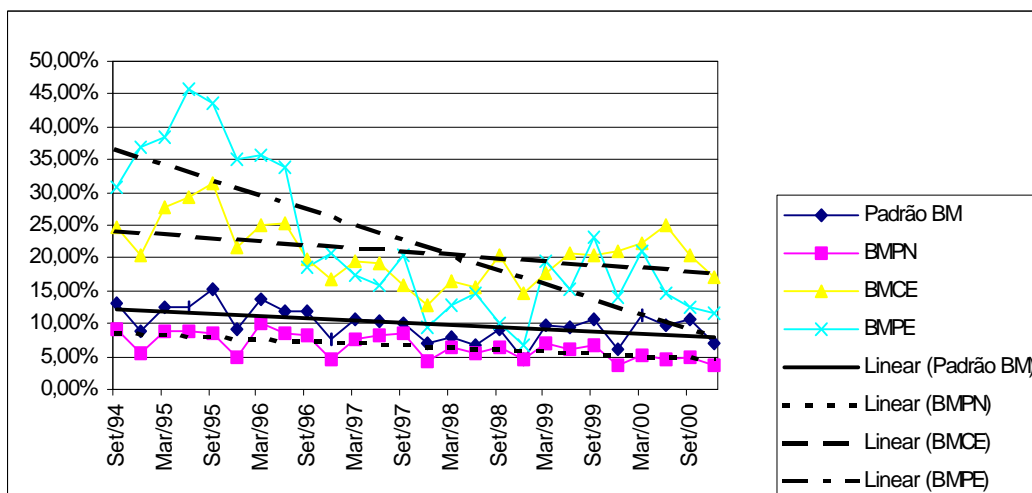


Figura 6 - Comportamento e tendência da média dos subsegmentos no indicador “participação da carteira de câmbio nas operações ativas usuais” em relação ao padrão.

Para os bancos com controle estrangeiro verifica-se uma participação elevada dos ativos denominados em moeda estrangeira na carteira ativa, com valores que se situam em média acima de 20%, e, portanto, bem acima do referencial padrão (Figura 6). Apresentam, no entanto, uma tendência de queda nos valores médios, o que indica uma política de redução desta forma de aplicação de recursos. O desempenho foi avaliado como péssimo (Quadro 9) em todo o período. Vale, entretanto, lembrar que mais de 50% do capital dessas instituições é de origem estrangeira, o que justificaria tal comportamento, não eliminando, entretanto, os riscos de uma valorização da moeda.

Para os bancos com participação estrangeira a situação é mais preocupante, sobretudo até junho de 1996, quando a participação da carteira de câmbio na carteira ativa alcançou níveis muito elevados, chegando em junho de 1995 a cerca de 46% (Quadro 9). A tomada de decisão em manter tais níveis de investimentos estrangeiros, elevam substancialmente o risco de câmbio, podendo acarretar para estas instituições problemas de insolvência. A partir de setembro de 1996, ocorre, todavia, uma queda nessa participação, permanecendo desde

então em torno de 20%, índice, no entanto, bastante elevado quando comparado ao padrão do segmento. A forte tendência de queda observada durante todo o período para o subsegmento (Figura 6), indica que estes bancos reduzem esta forma de aplicação de recursos.

Este indicador demonstra, no entanto, apenas os investimentos em moeda estrangeira. A avaliação final deve ser feita em conjunto com o indicador de capital, C104 (participação das captações em moeda estrangeira nas exigibilidades), que indica as obrigações externas dos bancos nacionais.

Da comparação entre estes dois indicadores, nota-se que indicador padrão para o segmento bancos múltiplos, apresenta um passivo em moeda estrangeira (C104) que supera em média o ativo (A108). Tal posição expõe os bancos a um elevado risco de câmbio, sobretudo quando da desvalorização da moeda nacional, visto que as obrigações em moedas estrangeiras superam os direitos. Quando se verifica a situação dos subsegmentos, nota-se que os bancos com controle estrangeiros encontram-se mais expostos ao risco de câmbio, uma vez que a diferença média entre o passivo e o ativo em moedas estrangeiras é maior que para os demais subsegmentos. Já os bancos privados nacionais são os que possuem uma menor diferença média entre obrigações e direitos externos, se posicionando assim um pouco melhor do que os demais.

Nota-se assim, que é preocupante a situação do sistema bancário nacional em relação ao risco de câmbio, o que obriga as autoridades monetárias a tomar as medidas necessárias para sua redução.

3.1.3. Indicadores de rentabilidade

Esses indicadores medem a eficiência da gestão dos recursos, sejam próprios, mediante a comparação dos lucros apurados com os capitais investidos; sejam os de terceiros, medindo as taxas de captação e de aplicação, bem como os reflexos nos custos fixos.

O indicador margem líquida (R201), considerado bom previsor de insolvência no trabalho de ROCHA (1999), é uma medida de lucratividade, pois

compara o resultado líquido com a receita operacional líquida. Seu sentido, “quanto maior melhor”, indica que valores acima do padrão são desejáveis e que as instituições assim posicionadas são mais sólidas, uma vez que apresentam maior atratividade para os investidores e acionistas.

a) Margem líquida (R201)

Apesar de extremamente voláteis, os valores médios deste indicador (Figura 7), mostram que houve acentuada queda no início do Plano Real, tanto para o referencial padrão como para a média de todos os subsegmentos. Tal fato reflete a perda dos ganhos de receita com o *floating*, decorrente da estabilização econômica, levando grande parte do sistema bancário a uma perda de lucratividade.

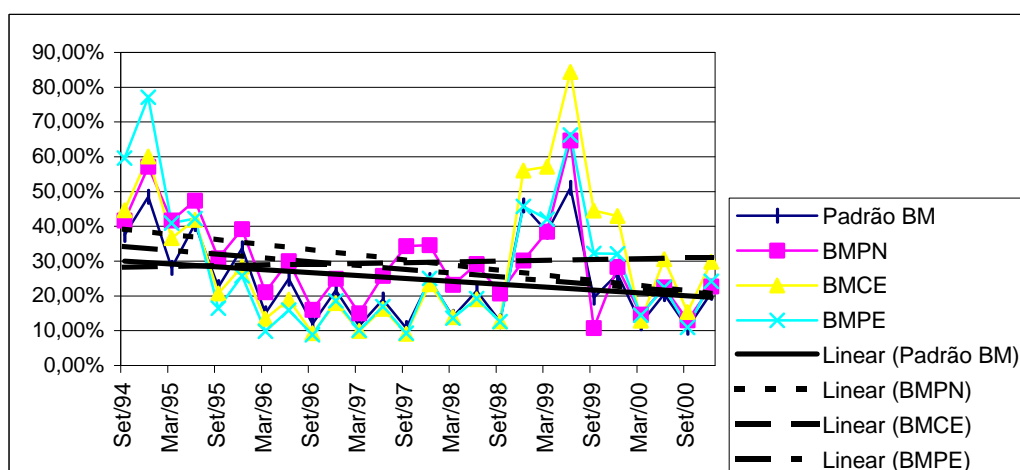


Figura 7 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “margem líquida” em relação ao padrão.

A partir do segundo semestre de 1997, houve uma melhora neste índice, sobretudo para os bancos privados nacionais. Esse resultado foi também observado por PUGA (2001), que atribui essa melhora aos ajustes nos bancos públicos federais, ao ingresso de bancos estrangeiros e à própria reação dos

bancos privados nacionais ao aumento da presença de tais instituições estrangeiras no sistema financeiro.

Uma nova fase de crescimento é observada a partir de dezembro de 1998, e atinge o máximo em junho de 1999, quando o valor médio desse indicador para os bancos com controle estrangeiro alcança a 84,41% (Quadro 10).

Quadro 10 - Margem líquida: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	37,52	41,65	44,62	59,59	6	7	8
Dez./94	48,52	57,16	60,06	77,10	7	7	8
Mar./95	28,05	41,68	36,60	40,97	8	8	8
Jun./95	40,65	47,41	41,84	42,27	7	6	6
Set./95	22,56	30,83	20,69	16,49	8	4	3
Dez./95	33,65	39,20	28,45	25,74	8	4	3
Mar./96	14,98	21,05	13,47	9,81	8	4	2
Jun./96	24,91	29,97	18,96	15,92	8	4	3
Set./96	11,96	16,01	9,26	8,85	8	3	3
Dez./96	21,65	24,89	17,97	18,55	8	4	4
Mar./97	11,40	15,03	9,92	10,09	8	4	4
Jun./97	18,99	25,77	16,28	16,98	8	4	5
Set./97	10,77	34,37	9,14	9,30	10	4	4
Dez./97	24,57	34,64	23,35	25,00	9	5	6
Mar./98	14,02	23,22	13,85	13,64	9	5	5
Jun./98	21,46	29,19	19,09	19,26	9	4	4
Set./98	12,70	20,66	12,69	12,56	9	6	5
Dez./98	46,02	30,18	56,08	45,74	2	8	5
Mar./99	38,44	38,46	57,19	42,05	6	8	6
Jun./99	51,09	64,69	84,41	66,22	7	9	7
Set./99	19,47	10,79	44,51	32,22	2	9	8
Dez./99	26,30	28,33	42,99	32,15	6	9	7
Mar./00	12,12	14,68	12,92	14,44	7	6	7
Jun./00	20,55	22,43	30,59	22,43	7	8	7
Set./00	10,89	13,00	15,33	10,91	7	8	6
Dez./00	20,91	22,74	29,81	24,17	6	9	7

Fonte: Cálculos da autora.

Os bancos privados nacionais apresentaram um desempenho considerado bom, em média, apesar da grande instabilidade das notas, que variaram de 2 a 10 (Quadro 10), e uma tendência de queda nas médias do indicador (Figura 7).

Os bancos com participação estrangeira e com controle estrangeiro obtêm também notas bastante instáveis, com um desempenho considerado em média, regular para os primeiros e bom para os bancos com controle estrangeiro. Ocorre uma melhora sensível no desempenho para os dois subsegmentos, a partir de dezembro de 1998. Os bancos com controle estrangeiro obtêm uma avaliação ótima; enquanto que os bancos com participação estrangeira passam de um desempenho regular para bom.

Com uma margem líquida média de 25%, o indicador padrão não indica indícios de insolvência quando de sua análise. A avaliação se estende a todos os subsegmentos, que apresentaram um índice de lucratividade superior ao padrão.

3.1.4. Indicadores de eficiência gerencial

Esses indicadores medem os níveis de captação, aplicação e custos administrativos. Avaliam ainda a participação dos bancos no mercado mediante a variação de sua participação nas captações e aplicações em operações ativas usuais, ou seja, se ganhou ou perdeu parcela de mercado. Os indicadores selecionados foram: nível de captação (E101); nível de custo administrativo (E104) e variação da participação da captação de mercado (E203), considerados bons previsores de insolvência nos trabalhos de ROCHA (1999) e MATIAS e SIQUEIRA (1996). Para os indicadores E203 e E101, o sentido é “quanto maior melhor”. Já para o nível de custo administrativo, “quanto menor melhor”.

a) Nível de captação (E101)

Este indicador, calculado em termos absolutos, uma vez que informa, em milhões de reais, o valor total das captações de mercado interno, indica o volume médio captado por cada subsegmento.

O padrão apresentou-se baixo, pouco instável e com uma tendência de crescimento, o que indica aumento, em valores absolutos, das captações internas dos bancos múltiplos, que pode ser originada da competição por recursos domésticos com outros segmentos, como os bancos comerciais, ou pela atração de recursos externos.

Os três subsegmentos estão bem posicionados neste indicador, bem acima do padrão (Figura 8), e com um desempenho considerado ótimo em praticamente todo o período. Tal fato pode ser constatado pela simples análise das médias (Quadro 11), quando os bancos com controle estrangeiro, partindo de valores de cerca de 263 milhões de reais em setembro de 1994 alcançam a cifra de 3.022 milhões em dezembro de 2000.

A crescente tendência observada para os três subsegmentos (Figura 8), demonstra a agressividade com que os bancos atuam no aumento do volume captado. Pode-se, no entanto, afirmar que os bancos privados nacionais foram mais agressivos. O aumento significativo de volume captado pode ser atribuído à necessidade crescente de recursos pelos bancos para concessão de créditos, uma vez que com o fim do processo inflacionário, esta foi a fonte de receita prioritária dos bancos.

Com um incremento tão elevado no volume captado, este indicador não apontou em sua análise problemas que levassem à insolvência dos bancos analisados.

Quadro 11 - Nível de captação: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM ¹	BMPN ¹	BMNCE ¹	BMNPE ¹	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	56,12	555,95	263,64	188,72	9	7	7
Dez./94	75,06	691,11	335,90	234,70	9	8	8
Mar./95	66,40	769,65	322,98	333,96	9	7	7
Jun./95	69,61	857,38	334,76	202,43	9	7	7
Set./95	95,28	837,16	433,98	492,31	9	7	8
Dez./95	130,48	1068,65	622,19	644,62	9	8	8
Mar./96	100,29	1033,30	609,17	1177,31	9	8	9
Jun./96	162,93	1249,91	803,04	1221,92	9	8	9
Set./96	211,41	1145,82	1040,45	1970,60	8	8	9
Dez./96	227,39	1500,59	1198,03	773,74	9	8	7
Mar./97	186,08	1347,14	1287,84	1395,98	8	8	8
Jun./97	281,50	1709,39	1590,40	1145,48	8	8	8
Set./97	274,55	1731,73	1789,70	1563,10	9	9	8
Dez./97	242,97	1915,41	1643,41	1161,12	9	9	8
Mar./98	306,08	2054,95	1529,44	1567,41	9	8	8
Jun./98	218,00	2169,04	1659,19	1819,39	8	8	8
Set./98	209,43	1977,23	1474,71	1560,19	9	8	8
Dez./98	194,01	2141,89	1357,27	1594,84	9	8	8
Mar./99	211,26	2263,00	1603,90	2525,05	8	8	9
Jun./99	166,37	2251,85	1509,09	1575,36	9	8	8
Set./99	221,23	2110,84	1712,16	1684,09	9	8	8
Dez./99	272,89	2438,84	1889,97	1395,91	9	8	8
Mar./00	298,54	2384,52	2357,00	1738,83	9	9	8
Jun./00	291,96	2639,59	2665,45	1477,27	9	9	8
Set./00	368,62	2761,40	2735,11	2054,01	9	9	8
Dez./00	333,57	3153,06	3022,07	1690,58	9	9	8

Fonte: Cálculos da autora.

¹ Dados em milhões de reais.

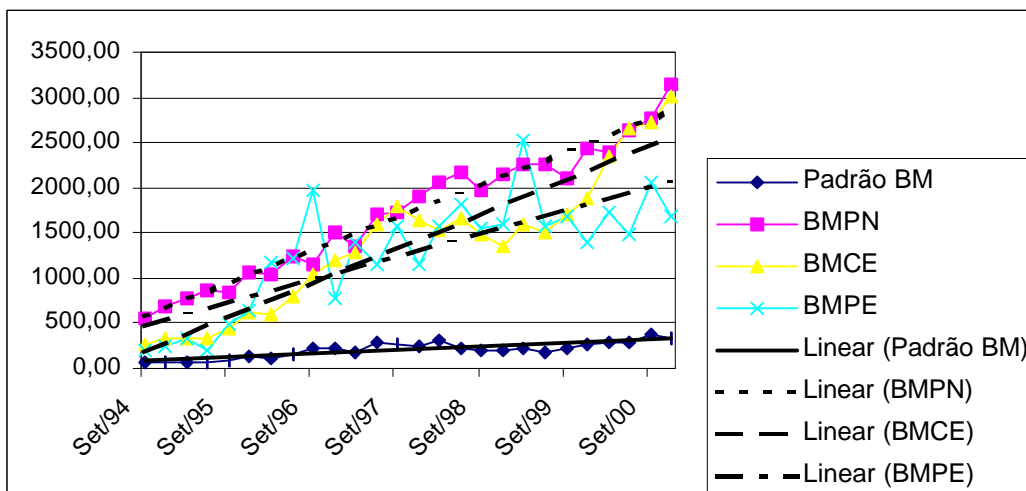


Figura 8 - Comportamento e tendência da média dos subsegmentos no indicador “nível de captação” em relação ao padrão.

b) Nível de custo administrativo (E104)

Calculado como sendo a relação entre as despesas administrativas e as captações totais, esse indicador mostra a eficiência administrativa da instituição. Portanto, aumentos neste indicador podem ser avaliados de dois modos: como uma redução das captações total do subsegmento ou um aumento no valor das despesas administrativas.

A relação despesas administrativas/captações totais revela baixo comprometimento deste indicador para o segmento uma vez que o valor máximo encontrado para o padrão foi de 7,76% (Quadro 12). Com uma tendência de queda (Figura 9), o padrão indica uma melhora na eficiência administrativa do setor bancário nacional, fato que pode ser atribuído ao aumento do volume de captação, conforme demonstrado pelo indicador E101.

Quadro 12 - Nível de custo administrativo: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	4,39	12,46	3,69	2,58	2	6	7
Dez./94	7,76	17,66	7,23	6,75	3	6	6
Mar./95	3,98	8,96	4,14	2,08	2	5	8
Jun./95	7,28	15,54	8,18	4,96	2	5	7
Set./95	3,81	7,73	3,63	1,86	3	6	9
Dez./95	6,94	13,86	6,34	2,63	3	6	9
Mar./96	3,28	6,64	3,62	1,83	3	5	8
Jun./96	6,50	12,64	8,91	3,50	3	4	7
Set./96	2,89	6,36	3,75	1,40	2	4	8
Dez./96	5,52	11,63	8,44	3,79	3	4	7
Mar./97	2,88	5,51	5,08	1,38	3	3	8
Jun./97	4,44	9,35	11,73	2,65	2	2	7
Set./97	2,66	4,71	5,04	1,38	3	3	8
Dez./97	6,25	9,15	11,38	2,97	2	2	8
Mar./98	2,33	4,13	4,45	1,13	3	2	8
Jun./98	4,72	8,82	9,91	2,29	2	2	8
Set./98	2,77	5,05	3,25	1,45	3	4	8
Dez./98	5,94	9,61	6,93	2,59	3	5	9
Mar./99	2,83	4,62	3,27	1,36	3	5	8
Jun./99	5,82	9,55	9,50	3,80	3	3	7
Set./99	2,93	4,45	4,84	1,87	3	3	7
Dez./99	5,65	7,99	7,84	3,40	3	4	7
Mar./00	2,61	4,32	3,32	1,65	4	4	7
Jun./00	4,27	7,93	7,45	3,55	4	4	7
Set./00	2,55	4,10	2,85	1,28	4	5	7
Dez./00	4,83	8,29	6,23	2,98	4	5	6

Fonte: Cálculos da autora.

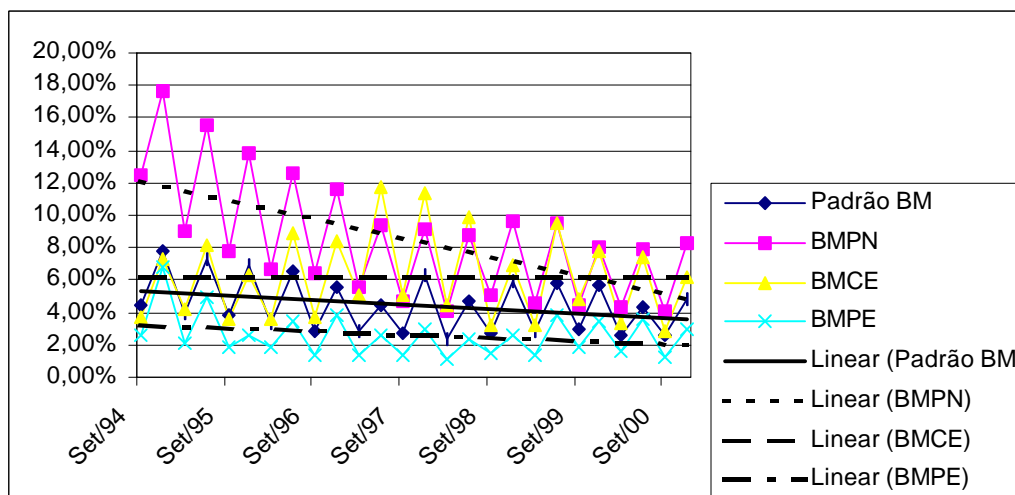


Figura 9 - Comportamento e tendência da média dos subsegmentos no indicador “nível de custo administrativo” em relação ao padrão.

Os bancos privados nacionais apresentam o pior desempenho de todo o segmento neste indicador, com notas entre 2 e 3 até dezembro de 1999, indicando, assim, que os resultados para este subsegmento foram bem acima do valor padrão (Figura 9). Uma vez que estas instituições obtêm um desempenho excelente no indicador E101, que mede o nível de captação, pode-se atribuir o péssimo desempenho alcançado no presente indicador, a valores elevados de despesas administrativas. Fato que pode ser constatado quando se analisa a estrutura dos bancos nacionais, muito menos enxuta que a dos bancos estrangeiros, sobretudo no início do plano. Deve-se, no entanto, ressaltar que tais bancos são em sua maioria, bancos de varejo, o que os induz a uma estrutura mais carregada. A acentuada tendência de queda das médias deste subsegmento (Figura 9), pode ser atribuída a dois fatores: de um lado o aumento do volume de captações e de outro à redução nas despesas administrativas. O aumento do nível de captação foi constatado no indicador E101. A redução das despesas administrativas teve como causa principal o aumento no nível de informatização dos bancos.

PUGA (2001) indica que a entrada de bancos estrangeiros aumentou a competitividade e eficiência dos bancos privados nacionais, a partir de 1995, fato também verificado no presente trabalho.

Melhor desempenho para o nível de custo administrativo foi alcançado pelos bancos com participação estrangeira, com notas que indicam um desempenho bom e uma pequena tendência de queda das médias. Os bancos com controle estrangeiro tiveram um desempenho regular.

Apesar do elevado custo administrativo dos bancos privados nacionais, nota-se que ocorreu uma adaptação do sistema bancário durante o período, fato que pode ser constatado pela tendência de queda observada. Portanto, a análise do indicador não demonstra problemas de insolvência para o sistema bancário nacional.

c) Variação da participação da captação de mercado (E203)

Este indicador, altamente correlacionado com o E101, indica a evolução dos subsegmentos em relação à participação no total de captação do segmento, ou seja, demonstra se o subsegmento analisado ganhou ou perdeu fatias de mercado. A média de todos os subsegmentos permanece sempre acima do padrão (Figura 10), durante todo o período.

Os bancos privados nacionais e os com controle estrangeiro tiveram um desempenho avaliado como ótimo (Quadro 13). Para os bancos com participação estrangeira, o desempenho encontrado quando da comparação com o indicador padrão foi considerado excelente em praticamente todo o período (Quadro 13).

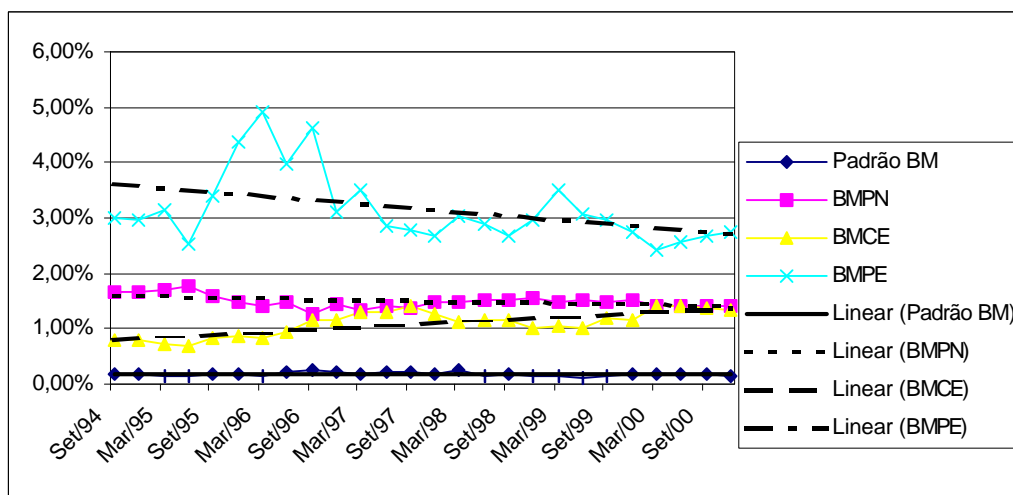


Figura 10 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “variação da participação da captação de mercado” em relação ao padrão.

No entanto a avaliação deste indicador requer análise mais criteriosa, pois se trata de verificar não apenas o posicionamento do subsegmento em relação ao padrão, mas também sua capacidade de conquistar mercado. Para este tipo de análise a tendência das médias torna-se melhor sinalizador. Constata-se que os bancos com participação estrangeira, apesar de melhor posicionados em relação ao padrão, apresentaram uma tendência de queda maior que os demais subsegmentos, o que indica uma perda de mercado. Já os bancos com controle estrangeiro, apresentam uma tendência de crescimento das médias. Pode-se afirmar que, no período, o subsegmento apropriou-se de parcela do mercado dos bancos com participação estrangeira. Para os bancos privados nacionais, verificou-se pequena tendência de queda, indicando também perda de mercado.

A avaliação final indica que os bancos nacionais não apresentam indícios de insolvência, quando da análise do indicador E203, uma vez que nenhum dos subsegmentos foi significativamente afetado pelas variações ocorridas, ou seja, não ocorreram perdas de mercado para nenhum dos subsegmentos que levam tais instituições ao estado de insolvência.

Quadro 13 - Variação da participação da captação de mercado: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	0,17	1,67	0,79	3,00	9	7	10
Dez./94	0,19	1,66	0,81	2,97	9	8	10
Mar./95	0,15	1,69	0,71	3,14	9	8	10
Jun./95	0,15	1,78	0,69	2,53	9	8	10
Set./95	0,19	1,60	0,83	3,40	9	8	10
Dez./95	0,19	1,47	0,86	4,36	9	8	10
Mar./96	0,14	1,41	0,83	4,93	9	8	10
Jun./96	0,21	1,47	0,95	3,96	9	8	10
Set./96	0,24	1,28	1,16	4,62	8	8	10
Dez./96	0,23	1,46	1,17	3,10	9	8	10
Mar./97	0,19	1,35	1,29	3,51	9	8	10
Jun./97	0,23	1,42	1,32	2,85	9	8	10
Set./97	0,22	1,37	1,42	2,79	9	9	10
Dez./97	0,20	1,47	1,26	2,68	9	9	10
Mar./98	0,25	1,50	1,11	3,05	9	8	10
Jun./98	0,15	1,50	1,15	2,88	9	8	10
Set./98	0,20	1,53	1,14	2,68	9	9	9
Dez./98	0,14	1,57	0,99	2,95	9	8	10
Mar./99	0,14	1,48	1,05	3,51	9	8	10
Jun./99	0,12	1,54	1,03	3,09	9	8	10
Set./99	0,16	1,47	1,19	2,97	9	9	10
Dez./99	0,17	1,51	1,17	2,75	9	9	10
Mar./00	0,20	1,42	1,41	2,44	9	9	9
Jun./00	0,17	1,40	1,41	2,58	9	9	9
Set./00	0,19	1,40	1,39	2,67	9	9	9
Dez./00	0,16	1,41	1,35	2,73	9	9	9

Fonte: Cálculos da autora.

3.1.5. Indicadores de liquidez

Esses indicadores medem a situação financeira das instituições por meio de índices tradicionais de liquidez (liquidez geral e solvência geral), com ênfase no encaixe financeiro e situações em que os bancos recorrem à assistência financeira de liquidez do Banco Central. Vale relembrar o conceito de solvência considerado no presente trabalho: uma empresa é considerada solvente quando o valor de mercado de seus ativos supera o valor de seus passivos, ou seja, quando a análise de seus indicadores de solvência demonstra que a empresa não possui um patrimônio líquido negativo. Sendo assim, a empresa é capaz de satisfazer o direito de seus credores (GITMAN, 1997).

Já a liquidez deriva da coincidência de maturidades entre as operações ativas e passivas, evitando-se que a busca de uma maior rentabilidade para suas operações implique no comprometimento, por um longo prazo, de suas aplicações ativas, o que pode, em casos extremos, afetar sua solvência.

Assim, liquidez e solvência são conceitos muito próximos e interligados e, portanto, os indicadores deste grupo devem apresentar comportamentos semelhantes. Vale ressaltar, com relação ao cálculo destes indicadores, que a diferença está na inclusão do ativo permanente na fórmula geral do indicador de solvência, que, apesar de serem os ativos menos líquidos de todos, devem ser considerados quando da avaliação da capacidade das instituições em saldar seus compromissos.

Foram analisados dois indicadores deste grupo, a saber: liquidez geral e solvência geral, que apesar de não citados nos trabalhos utilizados como referência, são considerados pela autora importantes do ponto de vista avaliação final dos resultados encontrados. O sentido para os dois indicadores é “quanto maior melhor”.

a) Liquidez geral

Este indicador, medido como a relação entre a carteira ativa e as exigibilidades das instituições, indica o grau de exposição ao risco de liquidez

que decorre da incapacidade dos bancos em promover reduções em seu passivo ou financiar acréscimos em seus ativos, a custo reduzido (BACEN, 1997).

O padrão referencial demonstra uma liquidez elevada, com valores pouco voláteis e acima de 100% (Quadro 14), em todo o período. O segmento mantém uma liquidez estável, com uma carteira ativa capaz de honrar com compromissos imediatos, evitando-se, assim, os riscos advindos de uma conversão inadequada dos ativos.

Os bancos privados nacionais apresentam os melhores índices de liquidez, com valores médios que se mantêm, durante todo o período, acima do padrão referencial (Figura 11). Obtêm notas que variaram entre 8 e 9, o que representa um ótimo desempenho. Uma economia instável parece ser a causa que provocou uma opção por parte dos bancos de uma política de liquidez elevada.

O indicador para os bancos com controle estrangeiro apresenta um comportamento muito semelhante ao padrão, o que indica uma boa liquidez (notas 6 e 7), em praticamente todo o período, e uma pequena tendência de queda das médias (Figura 11). Os bancos com participação estrangeira, apesar de um péssimo desempenho até junho de 1996, não apresentam situação preocupante, uma vez que melhoram suas performances, obtendo notas que variam de 4 a 6. Para esse subsegmento, vale ressaltar que o ótimo desempenho alcançado no indicador A101 foi comprometido com o desempenho insuficiente alcançado no indicador A103. Pode-se, assim, concluir que uma boa liquidez geral requer um balanceamento da carteira ativa.

A avaliação final deste indicador demonstra que a liquidez geral do sistema bancário mantém-se boa durante todo o período, sendo que são os bancos privados nacionais os que mais se destacam. Portanto, as instituições bancárias apresentam condições de cumprir integralmente todos os compromissos contratuais de curto prazo.

Quadro 14 - Liquidez geral: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	107,50	131,46	108,89	104,31	9	6	3
Dez./94	110,50	133,18	114,83	105,01	9	7	3
Mar./95	110,85	134,52	114,83	105,48	9	7	3
Jun./95	111,41	130,40	115,57	105,89	9	7	3
Set./95	110,71	129,27	111,93	104,10	8	6	3
Dez./95	112,05	132,18	116,30	102,86	8	6	2
Mar./96	109,64	129,47	111,67	102,48	9	6	2
Jun./96	108,46	126,83	111,28	102,36	8	6	2
Set./96	107,95	123,91	111,10	103,22	8	6	4
Dez./96	108,98	123,85	114,61	104,51	8	7	4
Mar./97	109,41	123,25	111,30	104,02	8	6	5
Jun./97	107,56	123,40	110,60	103,83	8	7	4
Set./97	107,70	121,81	110,65	102,98	9	7	3
Dez./97	108,47	119,97	112,87	103,34	8	7	3
Mar./98	107,15	122,41	111,45	102,49	8	7	3
Jun./98	109,39	122,85	109,32	105,00	8	5	4
Set./98	109,01	121,93	108,93	104,82	8	6	4
Dez./98	108,44	120,32	110,11	104,94	8	6	4
Mar./99	110,08	122,29	109,40	103,09	9	5	4
Jun./99	107,89	122,73	111,82	104,58	8	6	4
Set./99	109,74	126,03	116,65	104,57	8	7	4
Dez./99	108,62	126,64	110,96	105,08	9	6	4
Mar./00	107,78	141,53	108,59	107,75	9	6	6
Jun./00	108,70	136,55	111,03	109,56	9	7	6
Set./00	108,40	136,61	110,64	108,05	9	6	5
Dez./00	110,31	138,52	110,04	108,47	9	5	5

Fonte: Cálculo da autora.

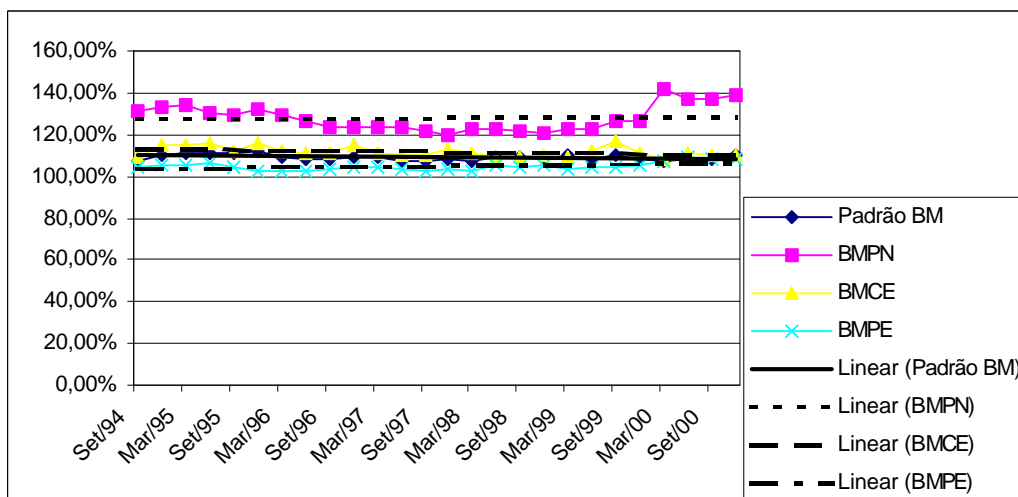


Figura 11 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “liquidez geral” em relação ao padrão.

b) Solvência geral

A solvência geral do sistema bancário é avaliada como sendo a relação entre o ativo total e as exigibilidades, indicando a capacidade dos bancos em saldar compromissos. O referencial padrão apresenta valores satisfatórios, acima de 110% (Quadro 15) e um comportamento que muito se assemelha ao do indicador anterior.

A solvência dos bancos privados nacionais apresenta-se como ótima (notas 8 e 9), com médias que superam o referencial padrão (Figura 12). Esse comportamento já era esperado quando se procedeu a análise dos indicadores de capital, de ativos e de liquidez, em que esse subsegmento apresenta desempenho satisfatório.

Para os bancos com controle estrangeiro, a solvência varia entre regular e boa (notas entre 4 e 7) e um comportamento muito próximo ao referencial padrão (Figura 12).

Quadro 15 - Solvência geral: padrão, média e notas ajustadas

	Padrão BM	BMPN	BMNCE	BMNPE	BMPN	BMNCE	BMNPE
Set./94	118,03	150,66	114,37	118,69	9	5	6
Dez./94	119,69	155,59	122,93	121,72	8	6	6
Mar./95	122,75	159,16	123,44	123,10	8	6	6
Jun./95	122,56	154,57	123,38	124,10	8	6	6
Set./95	123,28	153,11	119,34	119,24	8	4	4
Dez./95	123,29	155,27	124,95	117,01	8	6	4
Mar./96	120,76	149,70	118,98	116,43	9	5	4
Jun./96	119,03	148,02	118,29	115,27	8	5	4
Set./96	117,22	141,30	120,50	117,12	9	6	6
Dez./96	119,47	145,15	128,11	118,39	8	7	5
Mar./97	118,81	150,75	122,50	119,60	9	6	6
Jun./97	115,90	144,22	119,32	116,67	9	6	6
Set./97	115,39	137,60	118,57	115,40	9	6	6
Dez./97	117,62	139,12	121,71	116,87	9	6	5
Mar./98	115,61	138,17	115,64	114,12	9	6	5
Jun./98	115,96	137,26	113,58	114,02	9	4	4
Set./98	116,40	140,75	113,36	115,68	9	4	5
Dez./98	118,17	142,05	118,51	116,01	9	6	5
Mar./99	119,03	144,47	116,06	113,48	9	4	4
Jun./99	119,03	136,29	119,17	118,21	8	6	5
Set./99	121,85	143,73	124,63	117,53	9	7	5
Dez./99	120,06	149,03	122,78	120,06	9	6	6
Mar./00	121,01	154,53	117,19	123,12	9	5	6
Jun./00	119,72	148,82	118,99	125,11	9	5	7
Set./00	119,87	160,90	118,24	122,96	9	5	6
Dez./00	121,79	164,36	119,94	127,20	10	5	6

Fonte: Cálculo da autora.

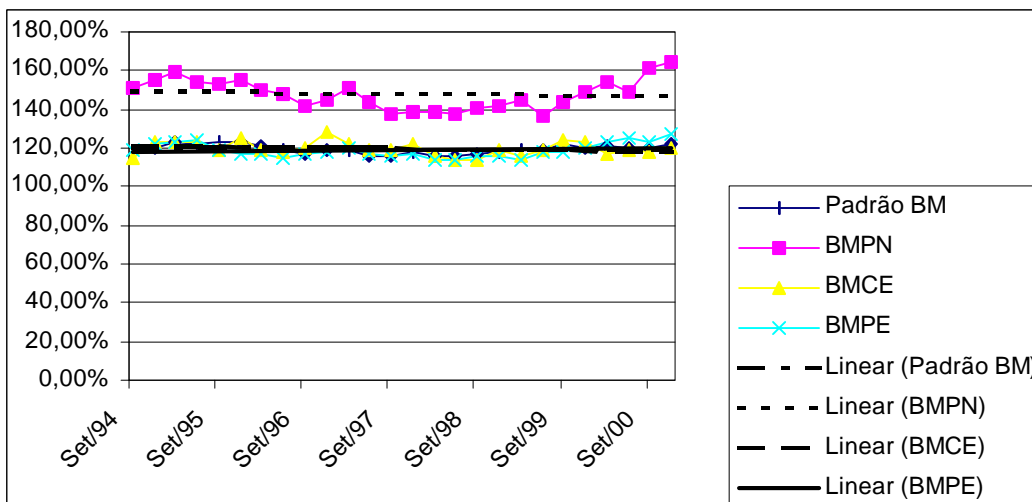


Figura 12 - Comportamento e tendência linear da média dos subsegmentos no indicador “solvência geral” em relação ao padrão.

Finalmente, os bancos com participação estrangeira obtêm notas que variam entre regular e bom (4 a 7), indicando que a avaliação final do estado de solvência destas instituições é considerada satisfatória, apesar de a análise individual de alguns indicadores, denotar preocupante.

Diante destes resultados, conclui-se que a solvência geral dos bancos múltiplos nacionais, avaliada com base em três subsegmentos, é satisfatória, com índices que indicam boa credibilidade para o sistema financeiro brasileiro.

4. RESUMO E CONCLUSÕES

O avanço do processo de globalização, o aumento do volume das transações financeiras realizadas e a constatação de que sistemas bancários fragilizados dão origem a crises econômicas ou potencializam problemas de qualquer natureza enfrentados pelo lado real da economia, elevam a importância do sistema financeiro, em especial do sistema bancário, no cenário econômico internacional.

O sistema financeiro de um país, definido por COLLI e FONTANA (1996) como o conjunto de instituições financeiras que propiciam condições satisfatórias do fluxo de recursos entre poupadores e investidores, desempenha relevante papel na economia nacional e internacional, podendo gerar distúrbios que afetam todos os setores da economia.

O Brasil possui o maior e mais complexo sistema financeiro da América Latina (BACEN, 1996), com ativos rentáveis que atraem investidores e especuladores de todo o mundo, o que o torna, porém, altamente vulnerável ao movimento internacional de capitais e, portanto, sujeito a crises.

O desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), marcado durante longo período, pelo processo inflacionário, possibilitou que as instituições financeiras auferissem ganhos provenientes de passivos não remunerados, como os depósitos à vista e os recursos em trânsito, o que

compensou ineficiências administrativas e perdas com concessões de crédito de liquidação duvidosa.

Na década de 90, por outro lado, duas novas ordens de fatores, localizados nos planos externo e interno, afetaram substancialmente a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. No plano externo, o SFN sofreu o impacto dos efeitos transformadores do processo de globalização financeira. No plano interno, foi atingido pelas medidas de estabilização e reestruturação da economia brasileira. Tais fatores, conjuntamente, afetaram fortemente a rentabilidade do setor bancário nacional, que não estava preparado para tais mudanças.

A implementação do Plano Real, em julho de 1994, produziu impactos significativos sobre o lucro dos bancos. A queda de transferências inflacionárias, pós-estabilização da economia, tornou inevitável a profunda reestruturação do sistema financeiro brasileiro. Os bancos se viram, então, obrigados a buscarem fontes alternativas de receitas, incrementando as operações de crédito, favorecidos pelo crescimento econômico que se seguiu à estabilização. Com a crise mexicana em 1995, houve uma elevação significativa de empréstimos vencidos e não liquidados, que também tiveram impacto negativo direto sobre o lucro dos bancos. Nesse novo ambiente financeiro, muitos bancos não resistiram e decretaram falência.

Uma rápida verificação do número de instituições bancárias declaradas insolventes, após a implantação do plano Real, serve de medida de quão preocupante tornou-se o problema. De um total de 271 bancos existentes no início do Plano Real, quarenta e oito já haviam passado, em dezembro de 1997, por algum processo de ajuste que resultou em transferência do controle acionário ou em incorporação por outras instituições (BARROS et al., 2001). E ainda, de um total de 174 organizações bancárias submetidas a algum tipo de regime especial, por efeito da atuação do Banco Central do Brasil, 55 ocorreram desde a implantação do plano Real até abril de 2001 (BACEN, 2001).

O elevado índice de bancos insolventes passou a afetar a credibilidade de todo o Sistema Financeiro Nacional. A credibilidade bancária, aspecto de grande

relevância para os serviços bancários, está diretamente ligada aos índices ou indicadores de solvência e liquidez apresentados pelos bancos. Tais índices constituem-se no principal instrumento utilizado para a análise da situação econômico-financeira de uma empresa ou setor e representam os resultados de comparações entre grandezas, por meio do estabelecimento de relações entre contas ou grupo de contas dos demonstrativos financeiros (MATARAZZO, 1995).

Este estudo teve como objetivo analisar o grau de solvência do setor bancário brasileiro com base em indicadores econômico-financeiros, de capital, de ativos, de rentabilidade, de eficiência gerencial e de liquidez, no período pós Plano Real. Para tal, utilizou como referencial teórico, princípios básicos de administração financeira, tais como custo de capital, estrutura financeira da empresa, administração de disponibilidades, e análise de risco e incerteza em investimentos.

Entretanto, os bancos possuem particularidades inerentes as suas atividades, requerendo dessa forma um acompanhamento mais específico. Para isso, os “Princípios Essenciais da Basileia” e o “Acordo da Basileia” foram utilizados neste trabalho como instrumento normativo complementar, por se constituírem em referência básica para órgãos supervisores dos sistemas bancários e de outras autoridades financeiras em todos os países do mundo.

O modelo analítico tem por base o sistema de acompanhamento utilizado pelo Banco Central do Brasil para avaliação de instituições financeiras, o SISTEMA INDCON, composto de 68 indicadores econômico-financeiros, classificados em cinco grupos, estabelecidos em função da estrutura de capital, dos ativos, da rentabilidade, da eficiência gerencial e da liquidez dos bancos. Destes, 12 foram selecionados, sendo nove considerados bons preditores de insolvência, a partir dos trabalhos de MATIAS e SIQUEIRA (1996), ROCHA (1999) e JANOT (2001). Posteriormente, mais três indicadores foram considerados relevantes para o desenvolvimento da presente análise, tendo sido então incorporados ao estudo.

Foram analisados 67 bancos múltiplos com carteira comercial (o que corresponde à cerca de 41% do total de bancos múltiplos em funcionamento no país em dezembro de 2000), que permaneceram em funcionamento durante todo o período em estudo (setembro de 1994 a dezembro de 2000), sem qualquer tipo de intervenção por parte do Banco Central. O cálculo dos indicadores baseou-se em dados contábeis das instituições financeiras avaliadas, disponibilizados à autora pelo Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

A avaliação dos indicadores de capital leva à conclusão de que os bancos privados nacionais têm apresentado uma performance melhor em relação aos bancos com controle estrangeira e com participação estrangeira quanto à dependência de recursos externos, estando, portanto, menos propensos ao risco de câmbio. No entanto, o passivo em moedas estrangeiras é elevado para todo o segmento, o que pode levar a uma instabilidade do setor bancário no caso de uma desvalorização da moeda nacional. O indicador de alavancagem não mostrou problemas para nenhum dos subsegmentos, estando os bancos privados nacionais em média, menos alavancados do que os demais. Já com relação ao comprometimento do capital próprio com operações ilíquidas, os bancos privados nacionais mantêm-se em pior situação, embora com valores considerados baixos, quando comparados aos indicados nos Princípios da Basileia.

Os indicadores de ativos não demonstram problemas de liquidez imediata para as instituições dos subsegmentos bancos privados nacionais e bancos com controle estrangeiro. Já para os bancos com participação estrangeira nota-se um volume de recursos de realização imediata bem superior ao padrão, e com uma tendência crescente, o que pode indicar para as autoridades competentes um excesso de liquidez destas instituições, comprometendo sua rentabilidade. Este subsegmento apresentou também um elevado comprometimento de sua carteira ativa com operações ativas não usuais. O desempenho insuficiente dos bancos com participação estrangeira neste indicador leva-nos a inferir que tal segmento pode estar perdendo rentabilidade, entretanto os dados disponíveis não são suficientes para uma avaliação conclusiva. A

avaliação dos ativos em moedas estrangeiras indica elevada exposição aos riscos de câmbio, que não é, entretanto, suficiente para cobrir os riscos advindos de uma desvalorização da moeda nacional, visto que os bancos nacionais possuem um passivo em moedas estrangeiras maior do que supera o ativo.

Em relação à rentabilidade, pode-se concluir que apesar da forte queda verificada para este indicador, principalmente para os bancos privados nacionais, logo no início do plano, os bancos brasileiros tentam se ajustar ao novo cenário econômico de estabilização, buscando novas fontes de receitas e compensando em parte a elevada perda causada pela supressão de receitas advindas do *floating*.

A eficiência gerencial dos bancos privados nacionais, no que diz respeito ao custo administrativo, posiciona-se bem aquém dos bancos com controle estrangeiro e com participação estrangeira, embora uma melhora significativa tenha ocorrido a partir do primeiro trimestre de 1996. Com relação ao nível de captação os bancos demonstram ser extremamente agressivos, fato que pode ser atribuído, sobretudo, à necessidade de aumento de recursos para crédito, fonte prioritária de receita após a implantação do plano real.

Finalmente os indicadores de liquidez apresentaram índices de liquidez e solvência satisfatórios para todos os subsegmentos avaliados.

Conclui-se assim, que apesar de a análise isolada de alguns indicadores apontarem a preocupação quanto ao estado de solvência dos bancos múltiplos nacionais, a análise conjunta dos indicadores de capital, de ativo, de rentabilidade, de eficiência gerencial e de liquidez não indica situação de insolvência, que possa vir a afetar o sistema bancário nacional. Tal situação indica que foram sanadas as inadequações de capital e a falta de liquidez que abalaram as instituições bancárias no início do Plano Real.

Entretanto a presente análise indicou que os bancos avaliados apresentam elevada exposição ao risco cambial, em virtude, sobretudo, do descasamento entre operações ativas e passivas, fato que deve ser melhor receber atenção das autoridades competentes, com medidas que possam impedir que seja colocada em risco a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIAZU, R.H. **Análise do endividamento como parte da avaliação de indicadores de solvência, liquidez e competitividade.** [08 jan. 2001]. (<http://www.mre.gov.br/ipri>).
- AVERBUG, A., GIAMBIAGI, F. **A crise brasileira de 1998/1999 – origens e conseqüências.** [20 abr. 2001]. (<http://www.bndes.gov.br/publica>).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **O sistema INDCON - indicadores econômico-financeiros de instituições sob acompanhamento e controle do Banco Central do Brasil.** Brasília, 1994. 36 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional.** Brasília, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Princípios essenciais para uma supervisão bancária eficaz.** Brasília, 1997. 38 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Dados sobre a evolução da estrutura do sistema financeiro nacional.** [20 abr. 2001]. (<http://www.bcb.gov.br>).
- BARROS, J.R.M., LOYOLA, G.J.L., BOGDANSKI, J. **Reestruturação do sistema financeiro no Brasil.** [05 maio 2001]. (<http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>).
- COLLI, J.A., FONTANA, M. **Contabilidade bancária.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 383 p.

- GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira**. 7.ed. São Paulo: Harbra, 1997. 841 p.
- JANOT, M.M. **Modelos de previsão de insolvência bancária**. [03 maio 2001]. (<http://www.bcb.gov.br>).
- KAPSTEIN, E.B. **Governing the global economy: international finance and the state**. 2.ed. Cambridge: Harvard University, 1996. p. 103-128.
- MATARAZZO, D.C. **Análise financeira de balanços**. São Paulo: Atlas, 1995.
- MATIAS, A.B., SIQUEIRA, J.O. Risco bancário: modelo de previsão de insolvência de bancos no Brasil. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 19-28, 1996.
- MEDEIROS, A., BARCINSKI, A. **Risco de taxa de juros e a dívida pública federal no Brasil pós-Real**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. 105 p.
- PAULA, L.F.R. Riscos na atividade bancária em contexto de estabilidade de preços e de alta inflação. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 34, p. 94-112, 2000.
- PUGA, F.P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. [20 abr. 2001]. (<http://www.bndes.gov.br/publica>).
- ROCHA, F. Previsão de falência bancária: um modelo de risco proporcional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 137-152, 1999.
- ROSS, S.A., WESTERFIELD, R.W., JORDAN, B.D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998. 433 p.
- SANVICENTE, A.Z. **Administração financeira**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991. 283 p.
- SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 663 p.

APÊNDICE

APÊNDICE

Quadro 1A - Número de instituições financeiras

Tipo de Instituição	Dez./1994	Dez./1998	Dez./1999	Dez./2000
Bancos múltiplos	210	174	168	163
Bancos comerciais	34	29	25	28
Bancos de desenvolvimento	6	7	5	5
Bancos de investimento	17	22	21	19
Caixas econômicas	2	1	1	1
Total do Sistema Bancário Nacional	269	233	220	216
% bancos múltiplos/sistema bancário	78%	74%	76%	75%
Socied. de crédito financ. e invest.	41	46	41	42
Socied. de arrendamento mercantil	72	83	79	77
Corretoras de câmbio e valores mobiliários	280	233	192	186
Distribuidoras de câmbio e valores mobiliários	367	212	186	173
Soc. de crédito imob. e assoc. de poup. e emp.	27	20	19	18
Cooperativas de crédito	946	1222	1183	1235
Companhias hipotecárias	0	4	6	7
Total do Sistema Financeiro Nacional	2002	2053	1926	1954

Fonte: Banco Central do Brasil.

Quadro 2A - Bancos avaliados

BANCOS MÚLTIPLOS	BANCOS PRIVADOS NACIONAIS	BANCO GERDAU S.A
		BANCO BMC S.A.
		BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.
		PARANÁ BANCO S.A.
		BANCO CAPITAL S.A.
		BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
		BANCO TRIÂNGULO S.A.
		BANCO GUANABARA S.A.
		BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
		BANCO BVA S.A.
		BANCO RURAL S.A.
		BANCO CÉDULA S.A.
		BANCO CACIQUE S.A.
		BANCO PROSPER S.A.
		BANCO PEBB S.A.
		BANCO SCHAHIN S.A.
		BANCO TENDÊNCIA S.A.
		BANCO SAFRA S.A.
		BANCO SANTOS S.A.
		BANCO INTERCAP S.A.
		BANCO FIBRA S.A.
		BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
		BANCO PANAMERICANO S.A.
		BANCO VOTORANTIM S.A.
		BANCO ITAU S.A.
		BANCO BRADESCO S.A.
		BANCO PECÚNIA S.A.
		BANCO SOFISA S.A.
		BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.
		BANCO BMG S.A.
		BANCO CIDADE S.A.
	BANCO ZOGBI S.A.	
	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	
	BANCO PINE S.A.	
	BANCO DAYCOVAL S.A.	
	BANCO CREDIBEL S.A.	
	BANCO VR S.A.	
	BANCO FINANSINOS S.A.	
	BANCO REGIONAL MALCON S.A.	
	BANCO A.J. RENNER S.A.	
	BANCO MATONE S.A.	
	BANCOS COM CONTROLE ESTRANGEIRO	BANCO BNL DO BRASIL S.A.
		BANCO ABC BRASIL S.A.
		BANCO UBS WARBURG S.A.
		BANCO CREDIT SUISSE FIRST BOSTON GARANTIA S.A.
		BANCO ABN AMRO REAL S.A
		BANCO J. P. MORGAN S.A.
HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S.A.		
BANCO WACHOVIA S.A.		
BANCO CITIBANK S.A.		
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA BRASIL S.A.		
BANK OF AMERICA - LIBERAL S.A.		
BANCO BRASCAN S.A.		
BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S.A.		
BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI BRASIL S.A.		
BANCO SUMITOMO BRASILEIRO S.A.		
BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.		
BANCO SANTANDER BRASIL S.A.		
DEUTSCHE BANK S.A.BANCO ALEMÃO		
BANCO GE CAPITAL S.A.		
BANCO AGF BRASEG S.A.		
BANCO JOHN DEERE S.A.		
BANCOS COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA	BANCO EUROINVEST S.A	
	BANCO PACTUAL S.A.	
	BANCO BBA – CREDITANSTAL S.A.	
	UNIBANCO	
		BANCO INTER-AMERICAN EXPRESS S.A.

Quadro 3A - Contas utilizadas no cálculo dos indicadores

ATIVO	
10000007	CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
11000006	DISPONIBILIDADES
11500001	DISPONIBILIDADES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS
12100008	APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS
12200001	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS
12600003	APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS
13100007	LIVRES
13200000	VINCULADOS A OPERAÇÕES COMPROMISSADAS
13500009	VINCULADO A AQUIS. ACÇÕES DE EMPRESAS ESTATAIS
14100006	SERVIÇO DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES E OUTROS PAPEIS
16190007	EMPRÉSTIMOS E TÍTULOS DESCONTADOS EM ATRASO
16290000	FINANCIAMENTOS EM ATRASO
16390003	FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS EM ATRASO
16490006	FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS EM ATRASO
16590009	FINANC DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EM ATRASO
16690002	FINANC DE INFRAEST E DESENVOLVIMENTO EM ATRASO
16790005	DIREITOS CREDITORIOS ADQUIRIDOS EM ATRASO
16800005	(-) CESSÃO DE OPERAÇÕES DE CREDITO
16900008	(-) PROVISÕES PARA OPERAÇÕES DE CREDITO
17190006	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER EM ATRASO
17390002	SUBARRENDAMENTOS A RECEBER EM ATRASO
17790004	CRÉDITOS DE ARREND MERCANTIL ADQUIRIDOS EM ATRASO
17900007	(-) PROVISÕES PARA OPER. DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
18200005	CARTEIRA DE CÂMBIO
18800003	DIVERSOS
18900006	(-) PROVISÕES PARA OUTROS CRÉDITOS
19100001	INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS
19900005	DESPESAS ANTECIPADAS
20000004	PERMANENTE
23000001	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO
PASSIVO	
40000008	CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
41000007	DEPÓSITOS
41800001	DEPÓSITOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS
42000006	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS
43000005	RECURSOS ACEITES CAMB, LI E HIPOTEC E DEBENTURES
44100007	SERVIÇO DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES E OUTROS PAPEIS
44300003	REPASSES INTERFINANCEIROS
45100006	RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS
46200008	EMPRÉSTIMOS NO PAIS - OUTRAS INSTITUIÇÕES
46300001	EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR
46600000	REPASSES DO EXTERIOR
49100002	COBRANÇA E ARRECADADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS
49200005	CARTEIRA DE CÂMBIO
50000005	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
60000002	PATRIMÔNIO LIQUIDO
62100003	APE - RECURSOS DE ASSOCIADOS POUPADORES
70000009	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS
71000008	RECEITAS OPERACIONAIS
80000006	(-) CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS
81700006	(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS
90100006	COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS
